

4.

Estudo sobre famílias incluídas no Cadastramento Único para o Programa Bolsa Família

Neste capítulo tratarei do estudo de 17 famílias incluídas no Cadastramento Único para o Programa Bolsa Família- PBF, acompanhadas pela pesquisadora num CRAS nos períodos correspondentes a junho, julho e agosto de 2005, novembro de 2006 e março de 2007.

Referente ao ano de 2005 - momento do Cadastramento - utilizarei os dados coletados na Ficha Técnica Social do CRAS e os conteúdos expressos na primeira fase de entrevista semi-estruturada que foi realizada com dezessete responsáveis dessas famílias; referente a 2006 abordarei os dados coletados na segunda fase de entrevista semi-estruturada realizada no CRAS com cinco responsáveis; e a 2007 trabalharei a terceira fase de entrevista a partir da visita domiciliar realizada com quatro responsáveis.

Apoiada nesse material farei a exposição do estudo enfatizando algumas observações necessárias à compreensão da pobreza e da vulnerabilidade social vivenciadas por essas famílias e seus esforços de superação dessa situação.

4.1.

As múltiplas faces da pobreza: econômica, social e política

A partir da Ficha Técnica Social foi possível traçar o perfil das 17 famílias inscritas no Cadastro Único⁴¹. Apreendi neste estudo situações de pobreza e vulnerabilidade social

⁴¹ Reforço que a composição do perfil dessas famílias se constitui também a partir da Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, cujo ingresso ocorre por meio do Cadastramento Único do Governo Federal, que atende às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, atualmente caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais) e R\$ 60,00 (sessenta reais), respectivamente. De acordo com essa lei as famílias identificadas no Cadastramento Único serão selecionadas a partir de um conjunto de indicadores sociais capazes de estabelecer as situações de vulnerabilidade social e econômica. O conjunto de indicadores será definido com base nos dados relativos aos integrantes das famílias, as suas características de faixa etária e sexo, nível de instrução, renda, composição familiar e, é com esse panorama do Cadastro Único que baseia-se para descrever o perfil dessas famílias.

expressas nas mais variadas formas, observadas a partir de suas condições de habitação, inserção no mercado de trabalho, nível de escolaridade, composição familiar, renda *per capita*, participação política, entre outras.

Os achados mostram os desafios enfrentados pelas famílias que somados à violência, à doença, às drogas e outras situações que as atingem, deixam-as ainda mais vulneráveis e expostas a riscos sociais contínuos embora busquem encaminhamentos para resolução dessas questões.

Os traços distintivos das 17 famílias foram organizados em treze tabelas de maneira a dar melhor configuração a um quadro geral das mesmas.

Assim têm-se as tabelas (1), (2) e (3) que dizem respeito à distribuição da família por faixa etária e sexo.

As tabelas (4) e (5) que compõem a escolaridade e nível de instrução.

As tabelas (6), (7) e (8) referentes à renda, situação de trabalho e ocupação no mercado informal.

Em sequência as de número (9), (10), (11) e (12) referentes ao tipo de residência, tipo de construção, condições de moradia e serviços oferecidos.

Finalmente a tabela (13) apresentando as principais situações de saúde nas famílias.

O estudo mostra que *dentre os responsáveis a receber o benefício destacam-se as mulheres* com o total de 15; e apenas 2 homens se candidataram.

Embora não seja a intenção efetuar uma análise aprofundada de gênero, vale mencionar VITALE (2002:49) ao abordar que as *famílias chefiadas por mulheres* podem, à primeira vista, se confundir com *famílias monoparentais femininas*⁴².

⁴² VITALE (2002:47) ao analisar a configuração das famílias, ressalta o conceito de monoparentalidade e aponta que os lares monoparentais são aqueles em que vivem um único progenitor com os filhos que não são ainda adultos, seja dos segmentos “médios”, sejam dos segmentos pobres. A autora ainda destaca a expressão de famílias monoparentais para designar as unidades domésticas em que as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de 25 anos e solteiros. Tal designação é identificado nas famílias do presente estudo.

Utilizando-se de outros autores, VITALE (2002) ressalta a expressividade de famílias chefiadas por mulheres que a partir dos anos 70 passam a ter visibilidade e que as mulheres chefes-de-família costumam ser também ‘mães-de-família’, acumulam dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes. Ainda destaca que no Brasil, é a partir do Censo Demográfico de 1980 que a categoria *chefe* passou a designar a pessoa, homem ou mulher, responsável pelo domicílio ou pela família.(p.48)

As famílias chefiadas por mulheres têm crescido, o Censo brasileiro de 2000 estimou que este grupo representava 26% das famílias. O critério utilizado pelo recenseamento, de maneira geral, define como responsável pelo domicílio quem tem a maior remuneração.

Neste sentido, as famílias chefiadas por mulheres correspondem a 11,1 milhões de famílias. Uma em cada quatro famílias brasileiras são chefiadas por mulheres e a maioria responsável pelo domicílio está em situação monoparental.

Acrescenta o crescimento das famílias monoparentais femininas, 17,1% em 1999, diminuindo a proporção daquelas compostas apenas pelo casal de filhos, compondo-se por um contingente de filhos, enteados, netos e bisnetos, agregados que vivem sob os cuidados e a responsabilidade da mulher.

Problematiza a questão da monoparentalidade apontando que as mudanças dos laços familiares necessitam ser focalizadas na relação com as mudanças na esfera pública, com maior atenção à dinâmica dessa relação. O conhecimento sobre essas famílias, a valorização de suas redes de solidariedade são questões relevantes para o exame dos programas sociais segundo VITALE (2002:55)⁴³.

Vejam-se as tabelas que se seguem:

⁴³ É relevante destacar, apesar de não pretender neste estudo aprofundar o conceito de família, a reflexão de KEHL (2003:166) sobre a tradicional família brasileira e as suas transformações. A autora indaga se a sociedade seria mais saudável se ainda se mantivesse organizada nos moldes das grandes famílias rurais, protegidas e oprimidas pelo patriarcalismo da casa grande (...) ou, então, as famílias das classes médias urbanas, fechadas sobre si mesmas, incestuosas e preconceituosas contra àqueles oriundas das classes inferiores, cuja família era mantida à custa da dependência econômica e alienação das mulheres.

Nessa abordagem, de acordo com a autora a família burguesa no Brasil desenvolveu-se no século XIX suprimindo a sociedade escravocrata e mestiça, ocorrendo a partir do desenvolvimento das cidades, procurando tornar o convívio familiar mais íntimo marcado pelo processo de privatização da família e pela valorização da intimidade se configurando numa privacidade vigiada cujo objetivo da formação da família nuclear burguesa, significava a preservação dos privilégios de classe. Entretanto, novas transformações ocorreram com as oportunidades profissionais para as mulheres e a conseqüente emancipação feminina, como também a expansão dos meios de comunicação acabando com o isolamento das famílias conservadoras, tendo como conseqüências as novas configurações familiares que a autora denomina de *família tentacular* configurando-se um novo tipo de família a partir de novas uniões, diferente da família extensa pré-moderna e da família nuclear (Ibid. p.167 e 168).

Segundo a autora, a família desprivatizou-se a partir da segunda metade do século XX, não porque o espaço público tenha voltado a ter a importância que teve na vida social até o século XVIII, mas porque a configuração da família contemporânea se modificou. KEHL (2003:174) ao citar ARENDT (1976)⁴³ acrescenta que o descompromisso crescente da sociedade contemporânea em relação a todas as tradições, mesmo de um passado recente, retorna ainda com mais força para determinar a vida social, não sendo capaz de legitimar as novas configurações familiares que foram surgindo.

Tabela 1
Distribuição dos responsáveis legais inscritos no Cadastro Único do
PBF por faixa etária e sexo
Junho, Julho e Agosto de 2005

Faixa etária	Masculino	Feminino
20 anos	-	1
23 anos	-	2
24 anos	-	3
26 anos	-	1
27 anos	-	1
28 anos	-	4
32 anos	-	1
33 anos	-	1
34 anos	1	-
37 anos	-	1
56 anos	1	-

Fonte: Ficha Técnica Social do CRAS no ano de 2005.

N=17 responsáveis legais

Neste estudo observo um total de quinze mulheres como responsáveis legais (15) com incidência na faixa etária entre os 20 e 37 anos, e dois homens como responsáveis legais (2), de 34 e 56 anos, formando um número pequeno de famílias centradas no genitor. Dessas quinze mulheres responsáveis legais, treze mulheres estão em situação de monoparentalidade. Nessa reflexão, dados sobre o município do Rio de Janeiro⁴⁴ apontam que há uma proporção de mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos em 5,14%; mulheres de 10 a 14 anos com filhos em 0,41% e mulheres de 15 a 17 anos com filhos em 7,56%.

⁴⁴ Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2006) sobre o município do Rio de Janeiro observados no *site* <http://pnud.org.br> acessado em 15/01/2007.

Tabela 2
Distribuição dos adultos que compõem a família inscrita no Cadastro Único do PBF, inclusive os responsáveis, por faixa etária e sexo
Junho, Julho e Agosto de 2005

Faixa etária	Masculino	Feminino
19 anos	1	-
20 anos	-	1
21 anos	1	
23 anos	-	2
24 anos	-	3
26 anos	-	2
27 anos	-	1
28 anos	-	4
31 anos	1	-
32 anos	1	1
33 anos	-	1
34 anos	1	-
37 anos	-	1
42 anos	-	1
53 anos	-	1
56 anos	1	-
60 anos	-	1
66 anos	-	1

Fonte: Ficha Técnica Social do CRAS no ano de 2005.

N=26 adultos

Quando examino a *composição familiar* nesse quadro de análise das famílias estudadas em situação de monoparentalidade (13 mulheres), são identificadas três situações onde as *avós têm papel de destaque* (1 avô e 2 avós), seja pela importância econômica ou no apoio aos cuidados das crianças.

De acordo com VITALE (2002) no sistema de trocas intergeracionais, destaca-se o papel dos avós, antigas e novas figuras da constelação familiar de nosso tempo, pois, os avós aparecem como personagens-chave diante das fragilidades conjugais, da recomposição familiar e monoparentalidade. Apresentam-se tanto como rede de apoio concreta, mesmo para aqueles mais pobres, como de laços dentre as gerações que conferem identidade à história familiar (p.53).

Assim, são encontrados os avós, na faixa etária de 56, 60 e 66 anos, compondo o espaço familiar em três casos. Representam importantes papéis nos cuidados com os netos e na ajuda do afazeres domésticos, além disso, compõem a renda familiar através de benefícios e pensões, sendo em todos os três casos a única renda formal da família e fundamental recurso para a sobrevivência dos mesmos, considerando entre outros, o consumo básico de alimentos.

Refletindo mais sobre a composição dos adultos nas famílias monoparentais apresentadas, VITALE (2002:54) contribui, pois coloca que quando a mulher assume a chefia da família, principalmente na situação monoparental, há uma redefinição das relações de autoridade na família, podendo significar a ausência do pai ou o enfraquecimento dos laços paternos, mas mesmo assim outras figuras masculinas podem assumir esse papel.

Nesse sentido, PEREIRA (2003:223) acrescenta que a paternidade não é apenas um fato da natureza, mas, antes, um fato cultural. A paternidade é uma função exercida, ou um lugar ocupado por alguém, não necessariamente o pai biológico. Ressalta que o lugar de pai pode ser ocupado por outra pessoa, como o irmão mais velho, o avô, o namorado da mãe etc⁴⁵. E nessas famílias revela-se a ausência do pai, cuja figura masculina e de grande importância social foi pouco destacada nos relatos.

⁴⁵ Nesse panorama, PEREIRA (2003:225) discute que a virada do século XX caracteriza-se pela quebra de uma estrutura milenar ao romper-se com a ideologia patriarcal onde os lugares de pai, mãe e filho são claramente demarcados gerando sérias consequências nas famílias atuais. Uma das mais importantes é o redimensionamento do masculino e da função paterna no novo contexto histórico-social, onde o masculino sofre um declínio em sua vinculação com a paternidade.

Tabela 3
Distribuição das crianças e adolescentes que compõem a família inscrita no
Cadastramento Único do PBF por faixa etária e sexo
Junho, Julho e Agosto de 2005

Faixa etária	Masculino	Feminino
0 a 11 meses	-	1
01 ano	2	1
02 anos	3	4
03 anos	3	4
04 anos	2	3
05 anos	1	1
06 anos	2	3
07 anos	2	-
08 anos	1	1
09 anos	-	4
10 anos	1	-
12 anos	-	1
14 anos	1	-
17 anos	-	1

Fonte: Ficha Técnica Social do CRAS no ano de 2005.
N=42 crianças e adolescentes

Constitui-se como elegibilidade para o Programa Bolsa Família, famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza que tenham em sua composição crianças de zero a doze anos ou adolescentes até quinze anos. A tabela 3 apresenta um bebê entre 0 e 11 meses de idade e destaca o maior número de crianças na faixa etária entre 1 a 5 anos num total de 24 crianças; seguido do total de 14 crianças na faixa etária entre 6 e 10 anos; e, de três adolescentes entre 12 e 17 anos. Há uma incidência de crianças em idade pré-escolar e com perfil de acompanhamento de saúde e vacinação, o que exige o compromisso dos responsáveis, sendo uma condicionalidade para a permanência no Programa, em qualquer que seja a configuração familiar.

Ainda considerando a *monoparentalidade* constatada nas 13 famílias, VITALE (2002) analisa que tratar sobre o tema é abordar seus vínculos, suas relações com uma rede familiar que não coincidam necessariamente com as fronteiras da casa. A circulação de crianças que emergem não só em decorrência da situação socioeconômica, mas também como uma prática cultural enraizada entre os pobres que está inserida no sistema de trocas de ajudas mútuas que caracteriza a rede de parentesco. As crianças podem ser criadas em dois lares, não havendo ruptura de laços mas sim uma dualidade de vínculos e de estada. Outras crianças, no entanto, ficam por um longo tempo em lares de parentes ou famílias substitutas. Esta dimensão dos laços de criação também pôde ser vislumbrada na experiência de inclusão no Programa Bolsa Família.

Tabela 4
Distribuição das crianças e adolescentes que compõem a família inscrita no
Cadastramento Único do PBF por escolaridade e nível de instrução
Junho, Julho e Agosto de 2005

Escolaridade/Instrução	Crianças e adolescentes
Creche	8
Jardim	5
CA	4
Ens. Fundamental – 1ª a 4ª séries	10
Ens. Fundamental – 5ª a 8ª séries	3
Ens. Médio	-
Fora da rede escolar	12

Fonte: Ficha Técnica Social do CRAS no ano de 2005.
N= 42 crianças e adolescentes

Destacada como uma das condicionalidades para a permanência no Programa Bolsa Família, a *escolaridade* enquanto questão fundamental pode ser mencionada a partir da tabela 4 onde se encontram doze (12) crianças fora da rede escolar, entretanto as mesmas estão na faixa etária entre zero (0) e três (3) anos e não foram para creche, apesar de

apresentarem grande risco social. Porém, encontramos oito (8) crianças na faixa etária de dois (2) e três (3) anos já inseridas em creche, e cinco (5) crianças de quatro (4) a seis (6) anos no Jardim e quatro (4) crianças na mesma faixa etária no CA. Dez (10) encontram-se matriculadas de 1ª a 4ª série dos sete (7) aos dez (10) anos em sua série respectiva, porém, neste grupo identifica-se um adolescente de dezessete (17) anos com significativo atraso escolar, acrescentando os três (3) adolescentes que freqüentam de 5ª a 8ª série.

Nestas famílias encontram-se várias situações de filhos em idade escolar com dificuldades de aprendizagem, insucesso escolar, baixa freqüência ou abandono. O abandono escolar ocorre pela dificuldade de continuar os estudos para poder cuidar de irmãos mais novos, da casa ou de realizar o trabalho doméstico infantil, e este encontra-se intimamente relacionado com as baixas qualificações acadêmicas, gerando um processo crescente de exclusão social. Nestes casos, quando identificado, a família é incluída em programas sociais que visam a superação do trabalho infantil, por exemplo o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil⁴⁶.

Diante do maior número de adolescentes com baixa escolaridade, encontra-se pertinência na colocação de que o baixo nível de desempenho na escola tem sido associado à violência juvenil e outras formas de violência de maneira consistente. A ligação entre desempenho escolar e violência tem sido observado entre adolescentes de grupos socioeconômicos mais baixos. Problemas de atenção, baixo desempenho educacional são fatores que podem estar ligados a essas questões. Ainda, o índice maior na ausência escolar pode ser explicado pelos fatores sociais e econômicos, e, pelo grau de integração social da comunidade, o qual afeta os índices de violência.

O capital social é um conceito que tenta mensurar essa integração social e refere-se a regras, normas, obrigações, reciprocidade e confiança existentes nas relações sociais e institucionais. Os adolescentes residentes em locais onde o capital social está ausente tendem a ter um baixo desempenho escolar e uma maior probabilidade de abandonar tudo (OMS;2002 IN BRITTO:2005).

⁴⁶ O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI é voltado para a faixa etária de 7 a 14 anos. Objetiva o ingresso e a permanência da criança na escola, mediante a concessão às famílias de uma complementação de renda a Bolsa Criança Cidadã. Coloca seu foco nas crianças que estão afastadas da escola e envolvidas em trabalho precoce e penoso ou vítimas de exploração sexual. Destina-se prioritariamente às famílias atingidas pela pobreza e exclusão social, com renda *per capita* de até meio salário mínimo. Objetiva, ainda, apoiar e orientar as famílias beneficiadas por meio de ofertas de ações socioeducativas, fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimento da criança e do adolescente por intermédio de atividades culturais, desportivas e de lazer no período complementar ao do ensino regular (SARTOR et. Alii. 2002:144).

Tabela 5
Distribuição dos adultos que compõem a família, inclusive os responsáveis
inscritos no Cadastramento Único do PBF, por escolaridade e nível de
instrução
Junho, Julho e Agosto de 2005

Escolaridade/Instrução	Adultos
Analfabetos	2
Ens. Fundamental – 1ª a 4ª séries	6
Ens. Fundamental – 5ª a 8ª séries	9
Ens. fundamental incompleto	4
1º ano Ens. Médio	-
2º ano Ens. Médio	2
3º ano Ens. Médio	-
Ens. Médio concluído	3
Superior	-

Fonte: Fonte: Ficha Técnica Social do CRAS no ano de 2005.
N=26 adultos

Referente aos adultos que compõem a família, inclusive os responsáveis legais, quanto à *escolaridade* verifica-se que é em geral baixa, isto é, 2 são analfabetos, a maior incidência está no nível fundamental, onde a maioria não concluiu, com total de 19 adultos. Os adultos com nível de escolaridade mais elevado é escasso, no qual dois adultos freqüentaram o ensino médio e três o concluíram. Para a configuração do mercado de trabalho, a escolarização é um requisito fundamental para a inclusão neste âmbito, o qual requer constantemente sujeitos especializados, portanto, as dificuldades enfrentadas por essas famílias quanto à questão do desemprego tem como uma causa importante a baixa escolaridade. Essa característica, também se torna um aspecto que dificulta os adultos a exercerem sua autonomia e de estabelecerem diálogos visando à garantia de seus direitos na esfera pública.

Tabela 6
Distribuição das famílias inscritas no Cadastro Único do PBF por
renda e composição familiar
Junho, Julho e Agosto de 2005

Renda familiar	Número de pessoas na família morando no mesmo domicílio			
	2 a 3 pessoas	4 a 6 pessoas	7 a 9 pessoas	Mais de 9 pessoas
Até ½ s.m.	4	4	-	-
De ½ a 1 s.m.	4	2	-	-
De 1 a 2 s.m.	-	2	1	-
Acima de 2 s.m.	-	-	-	-

Fonte: Ficha Técnica Social do CRAS no ano de 2005.
N= 17 famílias

Na leitura desta tabela a coluna que se destaca é a de famílias *relativamente numerosas*, com *baixa renda* (até 1/2 s.m.) e que possuem dinâmicas específicas, ou seja, o responsável desempregado e/ou com graves problemas de saúde; vivendo em moradia precária; sob a ajuda de familiares, doações, biscates e/ou benefícios públicos. A distribuição por renda familiar está concentrada em até meio salário mínimo (½ s.m) no total de oito (8) famílias, sendo expressivo também o número de famílias (6), que recebem de meio a um salário mínimo (½ a 1 s.m.), e as que recebem de 1 a 2 s.m. (3).

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, no Rio de Janeiro, a renda compõe um percentual de 0,840 e neste estudo considerando-a como condição para a inclusão no Programa Bolsa Família, um número maior de famílias encontra-se em baixa renda, de até ½ s.m, o que de acordo com a legislação do programa encontra-se em situação de extrema pobreza.

Utilizando, ainda o conceito de monoparentalidade VITALE (2002), aponta que essa noção tem ficado associada não só ao sexo, mas também a pobreza. Estudos fortalecem essa correlação, pois o Censo de 2000 aponta que a média de renda dos homens chefes de família é de R\$ 827,00 enquanto as mulheres é de R\$ 591,00. Mas para 5,5 milhões de

mulheres chefes de famílias o rendimento mensal não ultrapassa a R\$ 276,00 (p. 50), ou seja de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, e, portanto, elegíveis para o Programa Bolsa Família.

Nessa perspectiva sugere-se que famílias monoparentais femininas podem ser uma consequência das mulheres terem ganhado mais independência e poderem assumir suas famílias, no entanto quando houver associação entre monoparentalidade e pobreza, confirmado pelos dados do Censo de 2000, fortalece-se muito mais a caracterização dessas famílias como vulneráveis ou de risco do que como potencialmente autônomas e, essa associação entre famílias monoparentais, chefiadas por mulheres e pobreza aponta especialmente esse segmento como foco de critério para programas sociais, que deverão contribuir para sua maior autonomia e não para estigmatizá-las como sem condições de oferecer cuidados e proteção aos seus membros (Ibid. p.51).

Tabela 7
Distribuição dos adultos que compõem a família inscrita no Cadastro Único do PBF, inclusive os responsáveis, por situação de trabalho
Junho, Julho e Agosto de 2005

Principais situações de trabalho	Nº de pessoas
Empregado com carteira de trabalho	-
Desempregado	8
Trabalhador informal	14
Aposentado/ Aposentado rural	-
Pensionista	1
Benefício do INSS*	3

Fonte: Ficha Técnica Social do CRAS no ano de 2005.

N= 26 adultos

*auxílio doença e auxílio desemprego

A tabela 7 ao evidenciar a *situação de trabalho* revela que a maior parte dos adultos que compõem a família, inclusive os responsáveis encontram-se em *risco social* (22), considerando a realização de atividades de trabalho no mercado informal (14) e desempregados (8).

Tabela 8
Distribuição dos adultos que compõem a família inscrita no Cadastramento Único do PBF por ocupação no mercado informal
Junho, Julho e Agosto de 2005

Principais ocupações	Nº de pessoas
Serviços domésticos	8
Produção doméstica para indústria	1
Ajudante de caminhão	1
Venda de cloro	1
Ajudante de pedreiro	1
Recebe ajuda de terceiros	2

Fonte: Ficha Técnica Social do CRAS no ano de 2005.
N= 14 pessoas no mercado informal

A tabela 8 revela a *ocupação no mercado informal* e a modalidade mais incidente foi de prestação de serviço doméstico (8) considerando o maior número de responsáveis do sexo feminino.

Portanto, nenhum adulto encontra-se empregado, com garantia de direitos trabalhistas. A informalidade é uma realidade dessas famílias contribuindo para a manutenção da situação de pobreza e dificultando sua ação na esfera pública, pois, esses responsáveis estão voltados exclusivamente para a sua própria sobrevivência e da família. Isso se dá num contexto globalizado, onde há a redução dos postos de trabalho para àqueles menos especializados, cuja demanda populacional acaba se inserindo no mercado de trabalho precarizado e informal.

Abordando PIRES et alli (2004) ao discutirem sobre as características de famílias que vivenciam sérios problemas sociais, destacam a ausência de uma carreira profissional, as pessoas trabalham para receber os salários, para se manterem ativas e para se sustentarem. Trabalhos que expressam grandes dificuldades, salários baixíssimos, pouco estímulo e pouca representatividade no estatuto social.

Sendo assim essas famílias vivem, em grande parte, de subsídios sociais e ajudas comunitárias ou institucionais. Destacam-se os trabalhadores precários e da economia informal, aqueles que não tem contratos e vão trabalhando na construção civil, em fábricas, limpezas, sempre em tarefas indiferenciadas.

Muitos fazem *biscates* para suprir momentos de desemprego ou necessidades financeiras (p.11 e 16). E é o que observo nos relatos a seguir no próximo item deste trabalho, quando as famílias ouvidas expõem sobre a própria situação de pobreza e exclusão social.

Tabela 9
Distribuição das famílias inscritas no Cadastro Único do PBF por tipo de residência
Junho, Julho e Agosto de 2005

Reside em	
Casa	16
Apto	1

Fonte: Ficha Técnica Social do CRAS no ano de 2005.

N= 17 famílias

Tabela 10
Distribuição das famílias inscritas no Cadastramento Único do PBF por tipo de construção
Junho, Julho e Agosto de 2005

Tipo de construção	
Alvenaria	13
Estuque	1
Madeira	3

Fonte: Ficha Técnica Social do CRAS no ano de 2005.
N= 17 famílias

Tabela 11
Distribuição das famílias inscritas no Cadastramento Único do PBF por condições de moradia
Junho, Julho e Agosto de 2005

Condições de moradia	Nº de pessoas
Alugado	2
Próprio	9
Cedido	6
Invaso	0

Fonte: Ficha Técnica Social do CRAS no ano de 2005.
N= 17 famílias

Tabela 12
Distribuição das famílias inscritas no Cadastro Único do PBF por
serviços oferecidos
Junho, Julho e Agosto de 2005

Principais serviços	Nº de pessoas
Luz*	12
Água**	15
Esgoto	14
Coleta de Lixo	15

Fonte: Ficha Técnica Social do CRAS no ano de 2005.

N= 17 famílias

* considerado apenas relógio próprio ou comunitário;

**considerado o domicílio com instalação hidráulica.

Nas tabelas 9, 10, 11 e 12 noto as condições de habitabilidade das famílias estudadas. Em sua maioria, residem em comunidades as quais compõem o território do CRAS relativo a esta experiência, possuem condições precárias tanto nos aspectos físicos quanto aos aspectos sociais, onde a maior parte das famílias mora em casa (16) com tipo de construção de estuque (1), madeira (3) e alvenaria (13), considerando que, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano para o município do Rio de Janeiro 100% da população é urbana, 97,80% possui água encanada; 96,42% banheiro e água encanada; 98,74% coleta de lixo; 99,96% energia elétrica e 18,78% são domicílio subnormais. De acordo com as informações prestadas pelas 17 famílias em tela pode-se concluir que 88,24% possui água encanada; 88,24% coleta de lixo; 70,59% luz (considerado apenas relógio próprio ou comunitário); 82,35% esgoto, elucidando uma outra realidade.

Conforme já destacado o Programa Bolsa Família indica a possibilidade de serem adotados outros indicadores sociais, além da definição de uma linha de pobreza a partir da renda para a composição de um índice a ser considerado na seleção das famílias, tais como: escolaridade, condições de saúde, acesso a saneamento e à luz elétrica. Isso poderia expressar uma concepção multidimensional da pobreza (SILVA:2004), acrescentada a dimensão da participação política no espaço público enquanto cidadão.

Tabela 13
Principais situações de saúde nas famílias inscritas no Cadastro Único
do PBF
Junho, Julho e Agosto de 2005

Principais situações de saúde	Nº de pessoas
Problema psiquiátrico	1
Problema relativo à visão	1
Problema neurológico	2
Problema relativo à fala	1
Saúde Bucal	1
Hipertensão	1
Diabetes	1
Acidente com invalidez	1
Acidente com afastamento do mercado de trabalho	1
Violência Doméstica	2
Dependência Química	3
Famílias que não apresentaram	6

Fonte: Ficha Técnica Social do CRAS no ano de 2005.

N= 17 famílias

Obs: algumas famílias apresentaram mais de uma situação de saúde como por exemplo violência doméstica e dependência química.

As famílias estudadas revelam uma realidade vivenciada por problemas de saúde onde se destacou a dependência química na qual se inclui o uso de álcool. As situações de maus-tratos, normalmente associadas ao alcoolismo masculino e a dependência química, compõem as estatísticas sobre violência doméstica, vivenciadas pelos abusos psicológico, físico e sexual, onde a mulher e os filhos são espancados e agredidos verbalmente. Também associada à violência doméstica está a toxicodependência que ocasiona também problemas como a reclusão ao convívio social.

Em relação à deficiência física e à incapacidade para exercer qualquer atividade no mercado de trabalho foram identificadas três famílias, cujas ocorrências foram acidentes de trânsito em um caso e de trabalho como consequência em dois casos.

O leque de doenças se estende, pois, encontram-se problemas em vários membros da família. Os problemas de saúde citados foram: Problema psiquiátrico; Problema relativo à visão; Problema neurológico; Problema relativo à fala; Saúde Bucal; Hipertensão; Diabetes.

Assim, pude compreender o perfil dessas famílias e de seus membros ao diagnosticar sua situação de pobreza e de vulnerabilidade social, sendo em sua maior parte famílias monoparentais; numerosas; com responsável desempregado e/ou com graves problemas de saúde; apresentando baixa escolaridade; vivendo em moradia precária; sob a ajuda de familiares, doações, biscates e de benefícios públicos, além da precária participação política, consequência do não exercício do direito a ter direito.

Dessa forma persiste o interesse em dar visibilidade a essas famílias, não só para garantir o diálogo entre o público e o privado, considerando como público a esfera onde se desenvolve o Programa Bolsa Família e o privado ao considerar as famílias que demandam o referido programa. E através do diálogo, discutir a questão do “direito a ter direito”; o direito ao trabalho, à vida digna e à efetiva participação na esfera pública.

4.2.

Diálogo com as famílias: visibilidade para inclusão política

A análise seguinte, compõe o conjunto de dados efetuados; em 2005 na primeira fase de entrevista semi-estruturada, realizada junto aos 17 responsáveis das famílias que se inscreviam no Cadastramento Único para o Programa Bolsa Família; em 2006 na segunda fase de entrevista realizada no CRAS retomada com cinco responsáveis do grupo receptores do Programa Bolsa Família; e, em 2007 na terceira fase de entrevista a partir da visita domiciliar realizada com quatro responsáveis.

Nas entrevistas realizadas em 2005 solicita-se a compreensão sobre os objetivos e os critérios do Programa; ainda, visa-se conhecer as razões pelas quais o responsável acredita que sua família deveria ser incluída no referido Programa; e qual a expectativa para o futuro, a fim de que a família supere sua situação de beneficiária de Programas Sociais. Além disso, as entrevistas foram enriquecidas com relatos de fragmentos de histórias de vida contribuindo para dar maior visibilidade às questões em discussão sobre a pobreza, vulnerabilidade social, autonomia, esfera pública e participação política.

Os(as) entrevistados(as), identificados(as) com nomes fictícios⁴⁷, responderam as seguintes indagações: Como o responsável soube do Programa Bolsa Família? Se o responsável conhece os objetivos e critérios do Programa Bolsa Família? Por que o responsável acredita que sua família está dentro dos critérios estabelecidos pelo Programa? E ao ser esclarecido sobre os critérios de pobreza e extrema pobreza: O responsável acredita que sua família está dentro dos critérios estabelecidos? E qual seria a expectativa do responsável para o futuro, a fim de que a família supere sua situação de beneficiária de Programas Sociais?

Dessa forma, ao perguntar como o *responsável soube do Programa Bolsa família*, obtive variadas respostas. A comunicação é muito importante, ela traz informações aos(as) responsáveis sobre o Programa através de familiares, dando um significado à *família em rede*⁴⁸, de vizinhos e do apoio institucional como da escola, da creche e do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e do Programa de Saúde da Família – PSF. Assim, ouvi:

“Pelas pessoas da vizinhança” (Rosa).

“Minha mãe se inscreveu e me falou” (Violeta).

“A professora da creche que orientou” (Dália).

“Pelo que ouvi falar pela televisão” (Margarida*).

“Por pessoas da vizinhança” (Girassol).

“A vizinha falou” (Bromélia).

“Através da associação de moradores, disseram que iria ajudar” (Jasmim)

“Foi a escola da filha mais velha que indicou, pois a escola avaliou que a família precisa” (Egípcia).

“A vizinhança” (Açucena).

“A escola encaminhou” (Acácia).

“Ouvi dizer pelos vizinhos” (Azaléia).

“Pelo que ouvi falar e pela televisão” (Lis*).

⁴⁷ Os nomes fictícios utilizados são inspirados em flores: Rosa; Violeta; Dália; Margarida; Girassol; Bromélia; Jasmim; Egípcia; Açucena; Acácia; Azaléia; Lis; Camélia; Lírio; Gardênia; Orquídea; Cravo.

⁴⁸ O conceito de Família em rede é desenvolvido por SARTI (2003) cuja primeira característica a ressaltar sobre as famílias pobres é sua configuração em rede, contrariando a idéia corrente de que esta se constitui em um núcleo, desfazendo a confusão entre família e unidade doméstica, a casa, uma vez que leva a considerar a rede de relações na qual se movem os sujeitos em família e que provê os recursos materiais e afetivos com que contam (p.38).

“Pessoa da vizinhança” (Camélia*).

“Pessoa da vizinhança” (Lírio*).

“A vizinhança” (Gardênia).

“Pelo agente de saúde da comunidade” (Orquídea).

“Procurei o CRAS de outra área para ajudar a minha família e fiquei sabendo do Bolsa Família, fui encaminhado para este CRAS” (referência de sua moradia) (Cravo).

O relacionamento comunitário, e os laços de amizade estabelecidos através do diálogo e da participação na vida comunitária contribuem para o conhecimento de benefícios e a divulgação das oportunidades sociais. Entretanto, apesar de obter-se respostas de que a informação sobre o Programa Bolsa Família fora obtida pela televisão, creche, escola, Programa Saúde da Família, CRAS, vizinhança e familiares, que compõem espaços legítimos de exercício do político e do social, ao ser perguntado se a família participava de grupos comunitários, todos os responsáveis responderam negativamente, o que pode apontar a dificuldade do exercício efetivo deles de participação na esfera pública.

Diante do desejo, dentre outras questões de conhecer o nível de politização e de informações de direitos que as famílias expressavam, perguntou-se ainda se as mesmas *conheciam os objetivos e os critérios do Programa Bolsa Família*, doze famílias responderam objetivamente que não; três respostas foram vagas no sentido de compreenderem como uma ajuda familiar, por fim, duas foram mais aproximadas dos critérios previstos quando relatam sobre o desemprego, a gravidez, a falta de moradia adequada, o limite de renda e a inclusão de crianças na escola. Assim veja-se :

“Não conheço” (Rosa, Violeta, Dália, Margarida*, Egípcia, Acácia, Azaléia, Lis*, Camélia*, Lírio*, Orquídea, Cravo).

“Não. Sei que iria ajudar minha família, mas, não conheço os critérios” (Jasmim).

* O sinal de asterisco sinaliza que a(o) responsável foi abordada(o) nas 2 entrevistas semi-estruturadas e 1 visita domiciliar desenvolvidas neste estudo.

“Ouvi falar que ajudava com dinheiro” (Açucena).

“Acho que o Bolsa Família pode ajudar” (Gardênia).

“Limite de renda e filho na escola é o que as pessoas comentam”

(Girassol).

“Porque não trabalho, estou grávida e não tenho onde morar e por isso fui informada do Bolsa Família pela vizinha” (Bromélia).

A falta de informação adequada sobre o programa social oferecido permite que as famílias tenham orientações imprecisas sobre a questão da elegibilidade. O conhecimento dos objetivos e dos critérios permite a reflexão sobre sua condição de pobreza e/ou extrema pobreza, como também facilita a busca de novos conhecimentos sendo um caminho para o diálogo e para a conquista de direitos sociais os quais permeiam a esfera pública.

Procurei *conhecer as razões pelas quais o responsável acredita que sua família deveria ser incluída no Programa Bolsa Família* antes de informá-lo dos *objetivos e critérios do referido Programa*, e obtive as seguintes declarações:

“Com certeza deveria ser incluída porque tenho todas as dificuldades para comprar comida, roupas de frio. Antes morava com o meu pai e pagava o aluguel, trabalhava como telemarketing, ganhava R\$ 400,00, vale-transporte e ticket refeição, dava para comprar carne; leite; fazer feira; ir ao sacolão e outros, agora que estou desempregada não posso pagar o aluguel e vou morar com a minha mãe numa casa que é próxima ao morro e muito precária. Nesta casa moram meus dois irmãos que tem suas próprias famílias e estão desempregados também. Então, com a minha família irá acrescentar mais três pessoas, o que será muito difícil, pois, ganho R\$ 50,00 do meu pai; R\$70,00 do pai de meu filho, R\$ 150,00 de faxinas e é para pagar as contas e o que sobra compro arroz, feijão, fubá e carne às vezes” (Rosa).

Nessa família além da monoparentalidade feminina ocasionada por uma instabilidade conjugal, há a dificuldade de obter recursos básicos para a sobrevivência, como moradia e

alimentação. Em consequência do desemprego, a genitora conta com o apoio dos familiares em rede. SARTI (2003:29) destaca as dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal diante de uniões instáveis e empregos incertos, assim desencadeiam-se arranjos envolvendo a rede de parentesco como um todo a fim de viabilizar a existência da família. É o que identifica-se também nos relatos a seguir:

“Acho que sim, porque os meus filhos pedem uma mochila, um caderno, um lápis e não posso comprar porque estou desempregada. Meus filhos estão crescendo e estão na escola, precisando de outras coisas como o caderno e a mochila. Não falta comida porque minha mãe ajuda muito, mas faltam outras coisas. Há um mês eu trabalhava como garçoneiro e ganhava R\$300,00 sem carteira assinada. Folgava aos domingos e o horário de trabalho era das 11 às 20:00 ou das 9 às 18:00, mas o dono não pode mais me pagar” (Violeta).

“Acho que eu deveria ser incluída porque é para as pessoas que precisam e eu preciso muito, que se fosse só pelo meu dinheiro não saberia o que fazer, pois minha família ajuda muito porque o filho mais novo ainda faz uso de leite contínuo. Não moro com o pai deles porque ele me agrediu e então procurei a Delegacia de Mulheres, e ele teve que se afastar da residência. Estou iniciando o pedido de pensão de alimentos na justiça e a permanência na residência. Ele trabalha como marceneiro” (Dália).

“Porque iria ajudar, e nós passamos necessidades. O dinheiro não é tudo mas estou desempregada, gasto com leite e fralda para os meus filhos. Se tiver faltando peço emprestado, já aconteceu de faltar o leite e os outros alimentos, como também o gás, tive que pegar dinheiro emprestado com a minha prima” (Orquídea).

“Porque a minha família não tem condições financeiras” (Cravo).

Destaco sobretudo as determinações sociais do papel da mulher na família:

“Vai ser uma ajuda. Meus pais são do Espírito Santo e trabalhavam na roça, eram agricultores, quando vieram para o Rio de Janeiro meu pai abandonou minha mãe que teve que cuidar dos filhos sozinha. Recentemente, minha mãe está desempregada e sem receber qualquer benefício.

Eu e meus irmãos nunca fomos estimulados a estudar. Minha família tinha a cultura de trabalhar na roça e as filhas mulheres não precisavam estudar e sim arrumar um marido. Quando abandonei a escola não tive incentivo da minha mãe para que eu retornasse, apesar de ter freqüentando um pouco mais a escola que minha irmã e ser alfabetizada.

Hoje, eu e minha irmã, sentimos vontade de retornar a estudar e sabemos que é necessário, principalmente para arrumar um emprego, mas, às vezes, não temos com quem deixar os filhos e temos dificuldade de comprar o material escolar e manter as despesas da escola, como também biscoitos para as crianças e a alimentação. Quero arrumar um trabalho, mas não consigo. Eu tenho outra irmã que é cabeleireira e ajuda muito a família, além disso, ganho quinzenalmente uma cesta básica de uma igreja católica” (Margarida*).

Nesta exposição observo a vulnerabilidade da família que se inicia com a rigidez do papel da mulher resumido em se casar e ter filhos, denunciando a não participação do papel da mulher na sociedade e no mundo do trabalho. SARTI (2003) aponta que no universo simbólico dos pobres, existe uma divisão de autoridade entre o homem e a mulher na família que corresponde a diferenciação que fazem entre a casa e a família. A casa é identificada com a mulher, e a família com o homem. Casa e família, como mulher e homem, constituem um par complementar, mas hierárquico e em consonância com a precedência do homem sobre a mulher, ele é considerado o chefe da família e a mulher, a chefe da casa. Assim o homem corporifica a idéia de autoridade, como uma mediação da família com o mundo externo, à mulher cabe outra importante dimensão da autoridade: manter a unidade do grupo (p.28). Nesse paralelo, a mulher não desenvolve sua participação e relação com esse mundo externo, ou melhor, a esfera pública que

compreende os negócios do mundo, dessa forma, compromete sua educação, sua formação profissional, sua habilidade, em detrimento às responsabilidades provenientes da esfera privada.

As quatro famílias destacadas nos trechos a seguir (Girassol, Gardênia, Bromélia e Jasmim) relatam a experiência de composição familiar extensa formada pela responsável, filhos, sobrinhos e a avó materna a qual geralmente possui a principal renda; e, expressam grande vulnerabilidade social. A literatura consultada ressalta que nos casos de instabilidade familiar por separação e outras circunstâncias, aliada a instabilidade econômica estrutural e ao fato de que não existem instituições públicas que substituam de forma eficaz as funções familiares, as crianças passam a não ser responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda a rede de sociabilidade em que a família está envolvida SARTI (2003:31). Neste relato, como há ausência do pai e instabilidade econômica da mãe, a avó exerce seu papel de forma mais expressiva. Esses laços se vulnerabilizam ainda mais quando observa-se as seguintes falas:

“Porque sobrevivo colando bolsa de papel que é distribuída por uma fábrica de fundo de quintal e, às vezes, faço faxina em residência particular. Já trabalhei como auxiliar de serviços gerais em um firma com contrato de 45 dias em carteira, no ano de 2004, está tudo na minha documentação. Atualmente minha renda é de R\$100,00 e tem também a pensão da minha mãe do INSS de R\$ 300,00, e o dinheiro do Bolsa Família vai ajudar meus filhos na alimentação e material escolar” (Girassol).

“Minha mãe ainda cria três netas, filhas de minha irmã que é falecida, ela foi morta pelo tráfico e o pai das crianças está preso e não assina a guarda delas que estão na idade de 4,8 e 10 anos. As mais velhas de 8 e 10 anos já participam dos bailes *Funks* da comunidade onde morava o pai, agora vivem com a avó, mas o pai irá buscá-las para morar com ele assim que sair da prisão” (Gardênia).

“Acho que sim. Porque minha família necessita e estou grávida de quatro meses. A minha mãe que ajudava no aluguel da casa que era de 5 cômodos, faleceu há seis meses por sérios problemas de saúde. Sem o dinheiro para continuar pagando o aluguel fui morar em um porão oferecido pela proprietária do imóvel, que era alugado.

Meu filho mais novo apresenta também complicações de saúde. Recebo ajuda do meu pai, que é taxista e mora em outra comunidade. Não resido com o meu companheiro, ele mora com sua mãe por causa das condições financeiras e vive de biscate como pedreiro.

Há quinze dias não tinha gás de cozinha e meu companheiro comprou o gás, o arroz e o feijão. Quando não tem o gás eu fico desesperada para alimentar os meus filhos e um ajuda aqui, outro ali. Não tenho geladeira, e o meu pai ajuda o neto mais velho, obeso e hipertenso, para comprar leite desnatado, frango e outras comidas adequadas, mas, eu tenho que guardar na vizinha. Vendi muita coisa da minha casa para comprar comida. Meu irmão mais novo foi morar com o pai na Paraíba e chora até hoje perguntando pela mãe. Não acredita no que aconteceu!” (Bromélia).

“Porque sou sozinha. Não tenho de onde tirar o sustento de minha família. Não tenho profissão e com 33 anos de idade fica difícil arranjar um emprego. O Programa Bolsa Família veio como milagre, pois, acredito em Deus. Não sou evangélica mas fui criada na doutrina evangélica.

Quando eu estava grávida do segundo filho, fui dispensada do trabalho doméstico que realizava em uma casa, nela eu fazia de tudo. Então, consegui ganhar meus direitos trabalhistas na justiça no ano de 2000.

Tomo remédio para os nervos e preciso de um tratamento de saúde, mas, não procuro um acompanhamento.

No passado eu morava com a minha mãe em uma casa de madeira de um cômodo e sem água, esgoto e banheiro, onde entrava chuva e passava rato dentro da casa. Hoje, moro em uma casa pequena de alvenaria que consegui comprar quando eu estava trabalhando como doméstica e, também, com a ajuda da igreja evangélica.

Referente à escolaridade estudei através do telecurso 1º grau pela associação de moradores da localidade e pretendo iniciar o ensino médio.

Atualmente possuo uma renda de R\$ 160,00 como empregada doméstica realizando faxinas esporádicas, meus gastos são com o gás R 32,00 e com alimentos R\$ 68,00” (Jasmim).

As circunstâncias e conseqüências observadas nas famílias em que os avós têm papel de destaque são abordadas por DIAS et alli (2005) que diz que alguns estudos denominam avós como *pais substitutos* referindo-se àqueles que cuidam parcial ou permanentemente dos netos, que também podem ser chamados de *avós guardiões*. Destaca em seu estudo que os motivos que levam os avós a criarem seus netos são: pais com problemas emocionais ou uso de álcool ou drogas, gravidez na adolescência, separação dos pais, dificuldades financeiras, doenças ou mesmo a morte dos pais, não-aceitação dos netos em lares adotivos. Há também, o abandono, a falta de responsabilização e imaturidade de seus filhos e sua repercussão no desenvolvimento dos netos. Os avós acabam por se responsabilizarem pela família, configurando-se muitas vezes sua atitude como reposta a uma obrigação.

SARTI (2003:29) aborda que nos casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica do lar, ocorrem modificações importantes no jogo de relações de autoridade, e ela pode de fato assumir o papel do homem como “chefe de família” e definir-se como tal. A autoridade masculina é seguramente abalada se o homem não garante o teto e o alimento do seus, assim, as funções masculinas no papel de provedor são abaladas.

“Preciso mesmo porque, às vezes, não aparece biscate para fazer.

Separei do meu marido porque ele não trabalhava, e só eu mantinha a casa com biscates. A minha sogra deseja que, mesmo assim, eu volte a morar com ele.

Não trabalho. Vivo de biscates. Antes de vir morar no Rio, eu morava em Saquarema, próximo a minha mãe que também tem uma situação muito precária e sobrevive com uma renda de 1 salário mínimo, mas lá não apareciam biscates e é difícil, por isso estou morando aqui em uma casa cedida pela minha sogra.

Minhas despesas além da alimentação somam-se à água, onde o valor é dividido com as outras famílias que moram no terreno” (Egípcia).

“Porque não tenho companheiro, vivo de biscates e moro de aluguel, que atualmente estou sem pagar por não ter condições financeiras. Minha casa não possui camas, dormimos no chão. Falta alimentação e quase não tomamos leite, recebemos uma ajuda alimentícia de uma igreja da localidade (Cesta básica)” (Acácia).

“Porque é uma ajuda para dentro de casa, para os meus filhos e para as coisas da escola como o lanche.

Acredito que sim, pela renda da família que é até menor que a estabelecida no momento. Minha renda já chegou a R\$ 130,00 quando trabalhava como doméstica em dias alternados. Lavava, passava, arrumava e cozinhava. Hoje minha renda é de R\$ 60,00 com a venda de cloro.

Meus filhos reclamam muito quando querem alguma coisa e eu não tenho para dar, o mais velho reclama da televisão que é preta e branca e vai ver o desenho na casa da avó materna, pois considera melhor, diz que o desenho é preto. Justifico a situação para o meu filho e digo que é assim mesmo, que quando a pessoa não tem condições se vira com o que possui, porque não vai pegar o que é do outro e nem ‘ficar de olho’” (Azaléia).

SARTI (2003:29) coloca que se a vulnerabilidade feminina está em ter sua relação com o mundo externo mediado pelo homem – o que a enfraquece em face deste mundo, que por sua vez, reproduz e reitera as diferenciações de gênero – o lugar central do homem na família, como trabalhador/provedor, torna-o também vulnerável, porque o faz dependente de condições externas cujas determinações escapam a seu controle, sendo muito grave no caso da população pobre, exposta à instabilidade estrutural do mercado de trabalho que a absorve.

“Porque meu marido está desempregado. Acho que sim, que eu deveria ser incluída, pelo menos enquanto o meu marido está desempregado. No ano

passado ele estava empregado e a minha família agora decidiu fazer a inscrição.

Meu marido vai receber o auxílio desemprego até outubro. Ele está fazendo biscate de ajudante de caminhão e ganha R\$ 20,00 por dia, em dias alternados. Gasto com alimentação R\$ 145,00, medicamentos R\$ 20,00 e gás R\$ 35,00” (Açucena).

“Porque sou analfabeta e o meu companheiro recentemente sofreu um acidente, foi baleado e encontra-se paraplégico. Ele trabalhava como carroceiro e não contribuía para o INSS, então houve uma briga no trânsito e ele foi baleado quando estava trabalhando com a carroça, levando três tiros, e um deles atingiu sua coluna (Apresentou documento referente a situação de saúde do companheiro, confirmando que o mesmo encontra-se paraplégico, foi internado em um hospital da localidade no período de 29/12/2004 a 11/05/05). Então, sinto vontade de voltar a estudar. Quando era mais nova cheguei a freqüentar a escola em série de alfabetização, mas, tinha dificuldades de aprender a ler e escrever, e como os colegas implicavam, desisti de ir à escola. Meus pais são do Espírito Santo e trabalhavam na roça, eram agricultores, quando vieram para o Rio de Janeiro, meu pai abandonou minha mãe que teve que cuidar dos filhos sozinha, minha irmã já deve ter contado. Eu e meus irmãos nunca fomos estimulados a estudar, a família tinha a cultura de trabalhar na roça e as filhas mulheres não precisavam estudar e sim arrumar um marido. Quando abandonei a escola não houve incentivo da minha mãe para que retornasse. Hoje, eu e minha irmã, sentimos vontade de retornar a estudar e sabemos que é importante, principalmente para arrumar um emprego, mas, às vezes não temos com quem deixar os filhos Quero arrumar um trabalho mas não consigo, só de faxina em casa de família, porque sou analfabeta. Quem ajuda muito é uma irmã que é cabeleireira, ela paga ainda a água R\$ 10,00 e a luz R\$ 15,00” (Lis*).

“Acho que agora não tenho condições financeiras e se tivesse deixaria para uma pessoa que tivesse menos que eu. Estou desempregada há 5 meses, morava em Campo Grande mas tive que deixar a casa que eu morava porque o meu companheiro contraiu dívidas com drogas, e tive que sair do emprego também e vir para esse local.

Trabalhava em indústria, como auxiliar de produção, mas, houve um imprevisto com o envolvimento do meu companheiro com drogas, dívidas com o tráfico e ameaças, e também sofri violência. Pedi demissão do emprego para pagar as dívidas e saí da casa onde morávamos. Hoje não estou mais em sua companhia, ele está morando com os parentes e não tem condições de me ajudar nas despesas” (Camélia*).

“Preciso muito, vai ajudar porque eu não estou trabalhando e o dela não é certo” (Lírio*).

“Tenho problemas sérios de visão, e só posso trabalhar quando eu resolver isso. Possuo grau 18 de miopia e não uso óculos, a última vez que usei óculos foi quando eu era criança, agora vou às clínicas sociais de políticos para arrumar a consulta e os óculos, mas nunca consigo.

Meu pai é acoolista, bebe quase todo dia e, às vezes, faz biscate de pedreiro e quando bebe tem briga dentro de casa. É insuportável numa casa de um cômodo, quando ele bebe e está em casa todos tem que ficar na rua.

Moramos eu; meu filho; minha mãe; e também o meu pai. Este não possui documentação, apenas a identidade, nunca se mobilizou para nada, nem para o trabalho. Meu filho e a minha sobrinha de 8 anos precisam do leite que sempre falta. Precisam de tudo, principalmente o leite” (Gardênia).

Nos relatos também destacou-se a *ausência paterna* e as consequências sociais envolvidas nessa questão, como por exemplo a referência paterna negativa, as consequências de situação vivenciadas pela violência doméstica, o abandono material e moral que influenciam diretamente na vida privada e pública dos sujeitos em questão.

Neste sentido, PEREIRA (2003:225) analisa que o desafio do terceiro milênio será a aprendizagem da organização da *polis*, considerando que não é possível pensar o Estado sem seu núcleo básico, a família. E é difícil constituir este núcleo básico sem o lugar significativo do pai. Segundo o autor, devemos reaprender, diante das novas formas de família e nesse novo contexto social, o papel do pai considerando que a ausência dele pode representar uma dificuldade para o sujeito em seu desenvolvimento⁴⁹.

As responsáveis ao serem indagadas sobre o genitor de seus filhos reclamam sua ausência tanto no aspecto material, quanto no aspecto moral e de participação na vida dos filhos, demonstrando o não exercício do direito a ter direito que envolve a questão da paternidade, quanto colocam:

“O pai das crianças trabalha como motoboy mas sempre diz que está enrolado. Mora em outro município e possui outra família. O pai deles tem melhores condições financeiras mas tenho medo de colocá-lo na justiça e perder meus filhos. Tenho medo por causa da minha situação financeira” (Violeta).

“Não moro com o pai deles porque ele me agrediu” (Dália).

“Meu pai abandonou minha mãe que teve que cuidar dos filhos sozinha” (Margarida*).

“O pai do meu filho mais velho morreu quando ele estava com 1 ano e 3 meses, e o do mais novo está envolvido no tráfico. Sempre vemos ele na comunidade e não ajuda o filho financeiramente. O mais novo vê o pai armado e diz que o pai é bandido e que não vai ser como ele” (Jasmim).

⁴⁹ Segundo o autor, diante das novas representações sociais da família, frente ao rompimento dos modelos tradicionais, a função básica do pai, estruturadora e estruturante do filho como sujeito, passa por um momento histórico de transição de difícil compreensão onde os mesmos não assumem ou reconhecem para si o direito/dever de participar da formação, convivência afetiva e desenvolvimento de seus filhos. A ausência do pai tem graves consequências, entre outros aspectos, nas relações sociais (PEREIRA 2003:225).

“O pai do mais velho nunca mais foi visto. O pai dos meus filhos do meio não ajuda em nada e desejo colocá-lo na justiça, porque ele trabalha. E o da gravidez atual não quer saber e quando procuro a sua mãe, ela informa que o filho não mora mais naquele endereço” (Azaléia).

PEREIRA (2003:225) aborda que o abandono material não é a pior causa das conseqüências sociais, o mais grave mesmo, diz, é o abandono psíquico e afetivo, a não presença do pai no exercício de suas funções paterna, no limite, na segurança e na proteção. A ausência das funções paternas, se configura como um fenômeno social alarmante e tem gerado graves conseqüências como o aumento da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes. O autor destaca que nas classes menos favorecidas economicamente, o abandono material é maior, pois soma-se com a questão política exercida pelo Estado.

A problemática da vulnerabilidade social se acentua quando conclui-se que sem paternidade não é possível existir o sujeito, como aponta PEREIRA (2003: 227), não há sujeito sem que alguém tenha exercido sobre ele uma função paterna.

A relação com a *família substituta* ou com a *família extensa* significa que essa outra forma pode exercer a função necessária à constituição do sujeito, pois, para além das funções de sustento, guarda e educação, poderá alguém exercer a função paterna estabelecendo os limites necessários a uma criança para que ela possa se constituir como sujeito (Ibid. p.228) A importância desse papel e que aqui destaco, tem uma significativa relação para além da esfera privada e que se concretiza na esfera pública, começando com a relação desses sujeitos no âmbito social. A constituição de sujeitos perpassa pela configuração familiar e culmina na sua participação política enquanto sujeitos de direitos.

No diálogo com o responsável, ao ser esclarecido sobre os critérios de inclusão no Programa perguntei se ele(ela) *considerava estar dentro dos critérios estabelecidos*, ou seja, *em situação de pobreza ou de extrema pobreza*, mesmo sabendo que a expressão de situação de pobreza tem como pano de fundo a questão do estigma e do preconceito. As famílias sem dificuldades, falaram sobre sua condição e responderam:

“Acredito que a minha família está em situação de pobreza”(Bromélia).

“Sim, em situação de pobreza” (Acácia).

“Situação de pobreza” (Lis*).

“Sim, hoje estou no critério. Situação de pobreza” (Camélia*).

“Me coloco na situação de pobreza” (Gardênia).

“Sim, acha que a família está em situação de pobreza” (Orquídea).

Outros responsáveis manifestaram seus sentimentos chorando ao declarar:

“Sim, minha família está em situação de extrema pobreza, que infelizmente é essa situação” (Dália).

“Acredito ter o perfil considerado de pobreza” (Jasmim).

Outros afirmaram sua condição de pobreza e mostraram algum movimento ou ação a fim de superá-la:

“Acredito que sim, infelizmente. Não gostaria, mas estamos em situação de pobreza. Procurei um trabalho melhor, com salário melhor até como empregada doméstica, mas não consegui. Vou esperar as crianças crescerem para arrumar um emprego” (Girassol).

Há também aqueles que apresentaram dificuldades em relatar sua situação:

“Ainda não avaliei minha situação, não sei definir se é pobreza ou extrema pobreza” (Azaléia).

“Acho que estou dentro dos critérios que estão pedindo porque minha renda é pequena e não dá para muita coisa” (Violeta).

“Sim, porque faltam as coisas como o leite, o pão e passamos por muitas necessidades” (Margarida*).

Outros negaram a condição estabelecida pelo Programa Bolsa Família, de pobreza ou extrema pobreza, apesar de ser ela que permite serem beneficiárias:

“Acho que não estamos na pobreza, pois, com o dinheiro do auxílio desemprego dá para levar, junto com os biscoitos que o meu marido faz e com as vendas de fraldas pois temos 15 clientes” (Açucena).

“Acredito que não esteja dentro dos critérios, nem em situação de pobreza e nem de extrema pobreza” (Lírio*).

“Sim, em situação de pobreza, mas, não de extrema pobreza” (Cravo).

Obtive apenas duas declarações de extrema pobreza:

“Acho que no momento minha situação é de extrema pobreza” (Rosa).

“Sim, situação de extrema pobreza” (Egípcia).

Diante das transformações ocorridas no contexto familiar e de sua relação com a participação na esfera pública que se afirma dentro do contexto histórico-social atual procurou-se conhecer a *expectativa da família para o futuro*, a fim de conhecer o que planeja para superar sua situação de beneficiária de Programas Sociais e buscar a autonomia pela conquista da cidadania. Os caminhos apresentados pelas mesmas foram:

“Arrumar um trabalho” (Rosa).

“Arrumar um trabalho” (Violeta).

“Para superar só trabalhando mesmo. Meu sonho é voltar a estudar novamente e o meu pai aos 58 anos está terminando o ensino médio” (Dália).

“Arrumar um trabalho” (Margarida*).

“Trabalhar” (Girassol).

“Não vejo a hora de ter o bebê para colocá-lo na creche e voltar a trabalhar como doméstica nas faxinas para poder sair do lugar onde moro atualmente e pagar o aluguel de uma casa” (Bromélia).

“Desejo retornar aos estudos, completar o ensino médio e conseguir trabalho de carteira assinada, pois acredito ter mais segurança e garantias” (Jasmim).

“Talvez, arrumar um emprego” (Egípcia).

“Esperamos a chamada da COMLURB em Janeiro/2006, meu marido está fazendo o teste e achamos que ele vai conseguir. O dinheiro do Bolsa Família é para ajudar quando acabar o auxílio desemprego e quando ele se empregar vamos sair do bolsa família” (Açucena).

“Não sei dizer, talvez um emprego” (Acácia).

“Penso que vai ser melhor se arrumar um emprego de carteira assinada com todos os direitos que tem quando se assina a carteira de trabalho” (Azaléia).

“Só Deus! Gostaria de estudar e arrumar um trabalho” (Lis*).

“Com o trabalho. Tenho um filho e necessito me sujeitar ao que aparecer. Não tenho estudo, preciso primeiro me adaptar do problema do envolvimento do meu ex-companheiro com o tráfico de drogas” (Camélia*).

“Arrumar um trabalho”(Lírio*).

“Resolver o problema da miopia e do uso de óculos e poder trabalhar para sustentar a família” (Gardênia).

“Arrumar um trabalho de carteira assinada, mas não penso em voltar a estudar” (Orquídea).

“Acho que pode sair da situação de pobreza mas não vejo como, só se eu ganhar na mega-sena”(Cravo).

Para essas famílias arrumar um emprego de carteira assinada, o desejo de retornar a estudar, o efetivo acesso aos serviços e a conquista de melhores condições de habitação são as expectativas apontadas para superarem sua situação de vulnerabilidade social, mesmo vivenciando uma sociedade marcada pela instabilidade dos mercados e serviços. Esses direitos são buscados como forma de resistirem a condição de pobreza, imposta socialmente; e, reivindicados através do diálogo e pela exposição de seus relatos a fim de obterem benefícios tanto no âmbito econômico quanto na efetiva participação política. Utilizando os termos de ARENDT (2001) para além do processo vital onde a sobrevivência está voltada para a necessidade de ‘laborar’, isto é, garantir a continuidade da vida de cada um e da família, torna-se importante retomar a capacidade de saber agir e agir em concerto.

1 ano e três meses depois... Famílias receptoras do Programa Bolsa Família

Vale enfatizar que a primeira entrevista que se realizou no momento da inclusão no Cadastro Único entre junho, julho, agosto de 2005, possibilitou diálogos ricos com as 17 famílias. Elas se mostraram bastantes receptivas, como já descrito, em falar sobre suas motivações e aspirações, sobre sua situação de pobreza e quais seriam suas expectativas para o futuro naquele momento. Após decorrer um ano e três meses, me interoguei se elas já estariam recebendo o benefício ou não, se houve a oportunidade de transformarem a realidade social que fora revelada ou se conquistaram os direitos ao trabalho, a profissionalização, a escolarização e a participação social almejadas.

Assim, retomei a aproximação com as mesmas em novembro de 2006 a partir do contato telefônico informado na Ficha Técnica Social, o que facilitou agendar com sete famílias um retorno ao CRAS. Compareceu um total de cinco famílias. Ao procurar conhecer se já estão recebendo o benefício; quais as mudanças que puderam observar; e se com a inclusão no Programa a família alcançara sua autonomia, retomei a discussão do conceito de pobreza, com as seguintes perguntas: Que mudanças foram observadas por ela a partir do recebimento do Programa Bolsa Família? Qual a compreensão da família sobre a pobreza? O que corresponde ter autonomia para o responsável?

Nesta segunda fase de entrevistas onde abordou-se cinco responsáveis, reiniciei o contato com o consentimento dos mesmos em prestar informações sobre o seu cotidiano esclarecendo, entretanto, que as informações viabilizariam a discussão sobre a pobreza e a vulnerabilidade dando visibilidade a esses atores sociais. Observa-se que desde outubro de 2005, um ano e três meses após a inclusão no Cadastro Único, *todas as famílias entrevistadas estão recebendo o benefício do Programa Bolsa Família* e ao relatarem sobre as *possíveis mudanças* destacam-se os relatos a seguir:

“Já estou recebendo R\$80,00 e ajuda muito, compro chinelo, material escolar, roupas, fraldas e ainda tenho a ajuda da minha mãe” (Violeta).

“Recebo R\$ 65,00 desde outubro de 2005 e ajuda com a compra de biscoito, iogurte, material escolar e o dinheiro é certo, todo mês. Antes do Bolsa Família passava por privações, depois que também conseguimos a

aposentadoria rural da minha mãe, melhorou. Mudar não mudou muito porque quero trabalhar e tenho que pagar as contas de água, luz. Estava fazendo um “bico” em uma barraca de pipoca e ganhava R\$ 25,00 toda sexta-feira, não estou mais porque o dono não pôde continuar me pagando” (Margarida*).

“Sim, recebo R\$ 95,00 e ajuda muito na compra de biscoito, iogurte, fraldas e roupas para as crianças, tenho um filho que está com quatro anos e ainda usa fraldas não sei o porquê, todos dizem que eu tenho que procurar um médico sabe, mas eu acho que é assim mesmo, o pai deles que está paraplégico reclama que se não tivesse muita despesas com as fraldas o dinheiro sobrava mais. Tenho também a despesa com o meu marido na compra de fralda, gaze, esparadrapo, fralda geriátrica e molho de girassol o que é comprado agora pelo auxílio que ele está recebendo do INSS que consegui” (Lis*).

“Já estou recendo R\$15,00 e o dinheiro é para o orçamento do lanche do meu filho, biscoito, leite” (Camélia*).

“Sim, estou recebendo desde outubro de 2005 e o dinheiro é para o gás que já não falta mais, porque antes faltava muito, às vezes ficava três dias sem o gás, e quando recebo o Bolsa Família e ainda sobrou gás, compramos biscoito e até chinelo para o meu filho” (Lírio*).

Na inclusão para os benefícios sociais, como também, o direito de recebê-los perpassa pela questão da confirmação do atestado de pobreza o que desenvolve um estigma e acaba por não caracterizar a assistência social como direito conquistado, ou o exercício de cidadania e sim um benefício assistencialista para os mais pobres. No diálogo com as famílias após terem recebido o benefício buscamos *compreender o fenômeno da pobreza* para eles:

“É não ter um benefício social, um salário fixo. É não poder comprar nada para o filho como alimentos, roupas e o gás” (acesso aos serviços) (Violeta).

“Faltar a alimentação” (privação de bens materiais e alimentos) (Margarida*).

“Faltar tudo, alimentação, não tenho móveis e a casa e só um cômodo e a estrutura não é acabada” (acesso a bens materiais) (Lis*).

“Preciso, mas não me encaixo na situação de pobreza. Às vezes não tenho arroz, carne, chinelo, roupa decente, uma coberta e televisão. Tem muita gente que se faz passar por miserável para receber os benefícios sociais como Bolsa Família, Cheque Cidadão e pensão alimentícia. As pessoas se acomodam, poucas querem trabalhar fora depois que conseguiram tudo isso” (Camélia*)

“Não ter estudado, não ter uma assistência social para recorrer, não ter apoio e faltar tudo até roupa e calçado” (Lírio*).

Compreendida a pobreza, prioritariamente, como privação do acesso a serviços e bens materiais essas observações remetem à questão tuteladora da assistência que não possibilita à família a assistência num momento de adversidade a fim de superá-la adiante, com autonomia, mas, como coloca PIRES et alli (2004:29) é possível delinear um laço de dependência, não centralizado num profissional, mas na relação com serviços e profissionais enquanto mediadores do acesso a bens e subsídios, cujos técnicos se sentem “*usados*” como meios, não de promover melhor qualidade de vida, mas de facilitar o acesso a determinados bens e serviços.

Outro aspecto também pode ser apontado como expressão de uma *situação de pobreza e vulnerabilidade social* como é o caso de ocorrência de *violência doméstica*:

“Estou nessa situação por adversidade da vida, pois, fui vítima de violência doméstica e tive que sair do emprego de carteira assinada em uma indústria de alimentos muito conhecida, para que eu pudesse ter uma vida nova.

A verdade é que quando um homem, um companheiro sabe que a pessoa não tem família por perto e não tem para onde ir, ele quer dominar, mesmo quando a mulher é o chefe da família e sustenta a casa.

Ele me acordava de madrugada para eu manter relações com ele e falava palavras indecentes e me xingava quando chegava da rua depois de uma noite, bêbado e, também, usava drogas. Fazia isso, mesmo sabendo que eu tinha que acordar cedo para trabalhar. Quando eu trabalhava à noite, ele esperava o nosso filho sair para escola ao meio dia e iniciava a violência, e ainda colocava o volume da televisão alto para me incomodar e não permitia que eu descansasse.

Denunciei três vezes por agressão física e da última vez tive apoio de uma pessoa conhecida, mas, na audiência retirei a queixa porque tive pena do meu filho ver o pai preso, porque o objetivo maior era assustá-lo. Sempre tive medo de denunciar as violências que sofri” (Camélia*).

Ao dialogar sobre a **autonomia** com as famílias, surgem as relações com o trabalho e a escolarização, o que não se pode deixar de considerá-las dentro de um contexto globalizado onde a precarizações das relações sociais estão em destaque, principalmente no que diz respeito a inserção no mercado de trabalho, com a situação do trabalhador informal, precarizado e com baixa escolarização e especialização. Nesse sentido o lugar do trabalho nessas experiências pode ser contraditório, apontado como atividade submetida para a própria sobrevivência e necessidade (*labour*) o que se distancia da visão do homem (*homo faber*) que cria coisas extraídas da natureza através do trabalho (*work*).

Nota-se a seguir que o trabalho para essas famílias não é uma opção, está relacionada à questão da sobrevivência, uma forma de ter o que se alimentar, se vestir e de acesso aos serviços básicos para poder viver. Obter um emprego de carteira assinada, mesmo em condições remotas, significa ter direitos, mas não nos termos de Hannah Arendt o “direito a ter direito”; e, de sobreviver com dignidade, mas de sobreviver.

O desejo de autonomia através do trabalho, apesar de legítimo e contraditório em uma sociedade de consumo determinada pelo capitalismo o qual vem mostrando a exclusão crescente de trabalhadores, remete à análise na qual considera que a *ação* é o processo do exercício da *pluralidade* e se desenvolve através da *participação política na esfera pública*.

“O Trabalho sem o trabalho não é nada , ajuda bastante, só com ele para sustentar quatro pessoas” (Violeta).

“O trabalho; o acesso aos serviços, comprar as ‘coisas’” (Margarida*).

“Estudar, entender as ‘coisas’. Gostaria de saber andar sozinha na rua, não sei fazer nada, não sei fazer as coisas mais simples como ir ao mercado, porque não sei ler e minha irmã tem que fazer tudo para mim ou sair comigo” (Lis*).

“Emprego” (Camélia*).

“Trabalho e melhorar a escolaridade. Quero voltar a estudar, mas tenho a necessidade de trabalhar para sobreviver e aí fica difícil, pois tenho que optar pelo trabalho ao estudo” (Lírio*).

Retomando a análise sobre a questão da família em sua relação entre o *espaço público* e o *espaço privado*, na aproximação que se realiza com as famílias do Programa Bolsa Família, cujos relatos identificam uma demanda por inserção no mercado de trabalho e escolaridade enquanto facilitadores pela conquista da autonomia, destacam-se as observações de KEHL (2003:176) sobre a revalorização do espaço público.

Reforçando o conceito de espaço público e de participação na esfera pública a partir das idéias de Hannah Arendt, KEHL (2003:176) coloca que se as responsabilidades públicas não forem retomadas, sobretudo no Brasil, a família sozinha não será capaz de dar conta da crise social que enfrenta, o que se agrava no caso das famílias pobres, fragilizadas pela falta de políticas sociais e de construção da cidadania. Analisa que *a restauração do espaço público não pode ser deixada a encargo de uma pessoa*, pois, se existe

correspondência entre as estruturas sociais e a estrutura familiar nas repúblicas democráticas contemporâneas o *espaço público só se legitima se for através do trabalho e do pacto entre os cidadãos*.

VILHENA (2002) ao discutir sobre a família, individualismo e consumo baseia-se no entendimento de que a sociedade atual não prioriza a reflexão e não permite o refletir sobre si mesma; e, no âmbito público há a transformação em uma sociedade de consumidores, amorfa enquanto corpo político, descomprometida com as singularidades do outro (p. 50).

Ressalta que a relação com o outro, deve-se construir, fortalecer e retomar o essencial na idéia de comunidade, nos laços sociais e na verdadeira solidariedade, colocar em prática uma política digna, cujo sentido e fim seja a liberdade defendida por ARENDT (1993)⁵⁰ e o asseguramento universal dos direitos, como direções promissoras para construir outra família, outra *polis* (Ibid., p.59).

Outro momento... A participação política

As entrevistas realizadas em 2005 e 2006 instigaram a retomada do contato com quatro famílias em março de 2007 a partir de uma visita domiciliar para conhecer como se apresentam agora na perspectiva da participação social, igualdade e da conquista de direitos. Nesta fase de entrevistas, deu-se destaque às seguintes perguntas: Como o responsável se sente recebendo o benefício? Se deseja continuar? Até quando acha que precisa do auxílio? Qual a diferenciação observada entre as famílias que ganham o benefício e as que não ganham? O que tenta garantir para a família com o Programa? O que é importante? Que articulação, participação social a família realiza? Considera que esteja exercendo um direito ao receber o PBF? O responsável acha que está em condições de igualdade perante as outras famílias como um todo? Discute a questão dos direitos? Em que espaço isto se realiza? Qual o diferencial percebido entre a entrevista realizada para o Cadastro Único e as correspondentes ao estudo realizado?

Assim, dentro da perspectiva histórica afirmada por TELLES (2001) a sociedade brasileira se constitui numa tradição excludente e autoritária, na qual os direitos nunca

⁵⁰ A autora utiliza o conceito de Liberdade de ARENDT no livro “**A dignidade da política. Ensaio e Conferências**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1993”.

foram reconhecidos como parâmetros na ordem econômica e política aumentando a chamada dívida social (p.90). Associada a este contexto, há no cenário contemporâneo a mundialização da economia com suas consequências sociais em que a pobreza em sua concepção mais ampliada é o foco dessa discussão. A reestruturação produtiva, a flexibilização dos mercados, o neoliberalismo, o retraimento do Estado, e o *isolamento social* são responsáveis pela discriminação dos direitos.

É contestando essa lógica social, esboçando o interesse em dar visibilidade às famílias que se inscreveram no Programa Bolsa Família indaguei *como o responsável se sente recebendo o benefício, se há o desejo de continuar e até quando acha que precisa do auxílio?* E os (as) responsáveis declararam:

“Me sinto mais amparada, pois, sem serviço fica muito difícil. E não sei até quando vou precisar, *sei lá! Até quando Deus quiser!* Acredito que não seja permanente porque ‘coisas’ do governo não é assim, mas a gente precisa, então, tem que continuar ganhando. Se eu estivesse *trabalhando!*” (Margarida/2007*).

O desamparo e a necessidade são os sentimentos expressos nessa fala, manifestos pela descontinuidade das ações governamentais e pela ausência de garantias e direitos sociais se refletindo no âmbito do Programa Bolsa Família. Observa-se, também, a imprecisão em definir o tempo de dependência ao programa, esboçado no discurso da família quando diz que *sei lá! Até quando Deus quiser!* Atrelando a superação da pobreza a uma questão divina e despolitizada.

Discutindo a ação política nesta complexa totalidade em que se encontra a pobreza DUARTE (2002) retoma ARENDT ao colocar que antes de pedirmos idealismo aos pobres, temos primeiro de torná-los cidadãos, e isso envolve a mudança das circunstâncias de suas vidas privadas, a fim de que eles possam desfrutar do público. O autor acrescenta que ARENDT jamais pretendeu reduzir o trabalhador; pelo contrário, tratava-se de recordar que, apesar de todo homem ser necessariamente um animal laborans⁵¹, ele também pode e dever ser algo mais do que isso (p.68).

⁵¹ Sobre o conceito *animal laborans* DUARTE (2002) aponta que a idéia arendtiana é de que, a partir do século XIX, o homem deixou de ser interpretado como um ator político (antiguidade na *polis*) ou como um fabricante de objetos duráveis (estágios iniciais da idade moderna), para ser definido como um trabalhador constantemente empenhado na

Continuam os(as) responsáveis:

“Recebendo uma ajuda, pois, às vezes, não tenho nada. E se pudesse ser permanente, seria bom!” (Camélia/2007*).

“Me sinto bem melhor, desejo continuar porque não vejo outra solução no momento, então eu acho que deveria permanecer até as crianças completarem a idade de sair do Programa” (Lis/2007*).

Observou-se nos relatos que o *trabalho* é mencionado objetivamente ou nas entrelinhas enquanto direito à sobrevivência. Ao experimentar a ausência do trabalho, fica difícil para a família mensurar sua autonomia em relação aos programas de assistência social, dessa forma, indaga-se qual seria a recompensa social do trabalho? O desejo do trabalho, distanciando-se da real possibilidade de inclusão nesta esfera social, contribui para a expectativa de longa permanência no Programa Bolsa Família. Nessa passagem ficou evidente que a integração no mercado de trabalho significa a conquista de direitos e a cidadania é vital.

A análise de TELLES (2001) é contundente quando coloca que a sociedade brasileira ao invés de garantir e universalizar direitos, destitui indivíduos de suas prerrogativas de cidadania e produz a ruptura entre a *figura civil do trabalhador* e a do *pobre incivil*, afetando sociabilidade, identidades e modos de existência (p.96). Se sobretudo afeta a sociabilidade, o prejuízo recai sobre a possibilidade de ação através da iniciativa da sociedade como um todo, em especial aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade; e sobre o convite à participação política na esfera pública visando o enfrentamento da pobreza, a conquista de direitos e cidadania.

Acrescenta-se também, o relato diferenciado de um responsável que tem expectativa futura em obter autonomia financeira a partir do crescimento profissional e elevação da escolaridade visando a participação nos aspectos políticos e sociais na perspectiva de melhores condições de vida. Investe numa ação junto à família para superar a tutela e a

manutenção do ciclo vital que garante a sua sobrevivência e a da espécie, através da produção de bens destinados ao consumo imediato (século XIX) (p.63).

dependência exclusiva em programas sociais, concebendo a assistência social enquanto um direito social.

“Me sinto recebendo uma ajuda, pois, às vezes não tinha o gás e faltava quase sempre, depois do benefício nunca mais faltou. Quando ainda têm o gás eu compro outra coisa para as crianças como, por exemplo, um chinelo porque eles sempre precisam. Por isso, eu pretendo continuar ganhando o benefício e quando não precisar mais, vou ceder para outra pessoa que esteja na mesma situação em que eu estou no momento. Acho que precisarei até o final do ano e eu não posso ficar contando com o benefício, tenho que ‘correr atrás’ do meu objetivo. Não posso contar só com isso” (Lírio/2007*).

Procurando identificar a socialização através das formas das famílias se expressarem, dimensionada em seus aspectos políticos, econômicos e sociais, e ao observar também a garantia de serviços e de recursos, perguntei ***Qual a diferenciação observada entre as famílias que ganham o benefício e as que não ganham?*** As diferenças são expressas nas seguintes falas:

“Há uma diferença, principalmente àquelas que tem mais filhos como as minhas vizinhas. Uma tem quatro filhos e está grávida e a outra tem seis filhos e ainda não recebem o Programa Bolsa Família. Elas têm dificuldade na alimentação. São muitos filhos! Aqui em casa sou eu e meu filho, não passamos necessidades, apesar de ganhar R\$ 15,00, pois tem outras famílias aqui que ganham mais. Houve melhora porque eu consigo comprar alguma coisa como por exemplo da última vez mandei comprar três caixas de leite, e com R\$ 15,00 eu compro pacotes de biscoito para ele lá embaixo no depósito, cada um por R\$ 0,50 até R\$1,00” (Camélia/2007*).

“Eu acho que há diferença sim, e ela é errada. Se eu e minha família ganhamos, as outras famílias que precisam tem que ganhar também. Tinha

uma vizinha que recebia R\$ 120,00 com seis filhos. O marido dela me disse que se não fosse o Bolsa Família ficaria muito difícil para ele sozinho, pois dava para fazer uma boa compra, ajudava bastante quando não aparecia biscate. Então todas as famílias que precisam como a minha deveriam ganhar o benefício, ter a mesma oportunidade para não faltar nada” (Lírio/2007*).

As questões referentes à garantia de direitos, de igualdade, de acesso e de participação são retomadas pelas famílias dentro do que aponta LAFER (2001) sobre os direitos de segunda geração pautados no **trabalho, na saúde e na educação** e que remetem o homem à sua individualidade, porém, TELLES (1990) aponta para a interpretação política dos direitos pelo exercício coletivo (que corresponde também, ao diferencial entre as famílias que estão incluídas na assistência social através do Programa Bolsa Família e àquelas que não estão incluídas) quando ressalta ARENDT na sua noção de direitos, a qual não diz respeito às necessidades ou demandas individuais, mas refere-se uma forma de **sociabilidade política**, onde o direito significa pertencer a uma **comunidade política** na qual ações e opiniões estão presentes.

Destaco ainda:

“Acho que todos deveriam ganhar” (Margarida/2007*).

“Acho que todos deveriam receber o direito” (Lis/2007*).

Soma-se aos direitos a questão da escolarização e da alimentação, consistindo em bens necessários à sobrevivência básica. Esses temas são discutidos pelos responsáveis das famílias quando os colocam numa perspectiva futura; sustentando o desejo e a esperança de garanti-los e protegê-los. Nesse conjunto de reflexões, indaga-se ao responsável **o que tenta garantir para a família com o Programa e o que é importante?** Posso destacar as narrativas a seguir:

“Manter o meu filho na escola, dar estudo para ele é o importante, pois, eu não tive. O Conselho Escolar convoca o responsável se a criança faltar

muito, e aí, tem que ter o atestado médico. O Conselho Escolar procura saber o motivo das faltas e também, conversam sobre o aproveitamento em sala de aula esclarecendo sempre sobre a perda da tutela e o cancelamento do recebimento do benefício se não estiver na escola e com bom aproveitamento” (Camélia/2007*).

“Agora que melhorou estou pensando em colocar a minha filha para fazer um curso de computação, ela deseja fazer e custa R\$ 39,00. Eu e minha esposa estamos pensando em colocá-la nesse curso já que as ‘coisas’ estão mais acertadas. O dinheiro que era para o gás, agora pode ser usado para fazer esse curso” (Lírio/2007*).

“Coisas da escola e alimentação” (Margarida/2007*).

“O melhor para os meus filhos. Gostaria de garantir tudo! Sapatos, roupas, brinquedos. Não compro nada disso para eles, só em época de festas. No Natal, meu esposo recebe um pouco mais do INSS e me dá para fazer compras. Eu compro pouquinha coisa, só o que eles estão precisando, camiseta; bermuda; um chinelo. Além disso, eu quero garantir a escola e a vacinação está em dia” (Lis/2007*).

TELLES (2001) aponta que para o trabalhador, na ausência de garantias que os direitos deveriam prover, o mercado opera com a competitividade e o individualismo, onde as adversidades do emprego e do desemprego tendem a se confundir com os azares de cada um (102).

As famílias tentam garantir por si só as estratégias de sobrevivência e assegurar o mínimo social como, por exemplo: a escolarização, a vacinação das crianças, os provimentos das necessidades básicas através dos biscates. A esse respeito TELLES (2001:103) afirma que o problema todo está na ausência de uma medida a partir da qual necessidades e interesses possam ser formulados como direitos. Essa possibilidade de direitos é que o mercado tende a impedir causando uma contradição entre as esferas das necessidades e o mundo público dos direitos.

Isso tudo se reflete também no âmbito do Programa Bolsa Família que diante da ausência de garantias e direitos sociais mais ampliados, observa-se nessas famílias além da imprecisão ao definir o tempo de dependência ao benefício; a perspectiva de inclusão no mercado de trabalho como alternativa de superação da pobreza; a retomada dos estudos para elevar a escolarização e a busca da participação nos espaços sociais no sentido da luta por direitos. É o que se percebe nesses diálogos.

Sendo assim, busca-se conhecer *que articulação, participação social a família já realizou?* Veja-se os seguintes depoimentos:

“Aqui não tem participação, na Associação de Moradores não tem reunião convocando os moradores. Eles decidem por eles mesmos e não ajudam. Aqui no beco os moradores vão se unir para fazer a escada, porque a Associação não quer saber. Eu só vou lá apenas para pagar. Eles vendem cesta básica por R\$ 120,00, mas não vale a pena, se vou ao mercado com esse dinheiro compro muita coisa e trago até carne, o que não tem na cesta básica da Associação. Aqui também não tem uma Vila Olímpica, um lugar de lazer e não tem o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) onde as crianças podem realizar alguma atividade, e não tem Posto de Saúde⁵². O lazer que meu filho participa são os ‘Jogos Estudantis’ quando acontecem na escola” (Camélia/2007).

“Aqui não tem nada, só um campo aqui em cima onde eles brincam e, às vezes, a igreja católica faz um trabalho com as crianças, pesam e medem. A Associação de Moradores não faz mais reunião. A última reunião que teve, foi para avisar sobre a saída do ‘tráfico’, e agora quem toma conta são ‘eles’, a Associação. Eu só vou lá para pagar os R\$ 10,00. Em frente à minha casa, essa aí que está vazia, o ‘tráfico’ ficava a noite toda com armas e drogas e sentíamos muito medo” (Margarida/2007*).

⁵² Diferentemente das comunidades onde residem Girassol, Margarida e Liz; a comunidade onde mora Lírio, também se localiza o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e conta ainda com outro serviço que é o PSF – Programa Saúde da Família.

Há também outras formas de vislumbrar a participação social e o espaço público onde se pode discutir as coisas públicas e de interesse coletivo:

“Meus filhos vão à escola dominical na igreja” (Lírio/2007*).

“Eu participo da visita missionária da igreja evangélica; é um grupo” (Lis/2007*).

Considerando a participação na esfera pública como um *recurso social* para a discussão política da pobreza e suas possibilidades de enfrentamento através da visibilidade das famílias atendidas no Programa Bolsa Família, esse *recurso social* pode sofrer variadas implicações a partir de situações de vulnerabilidade social das mesmas, como nos casos de: desemprego, invalidez, doença, baixa escolarização, criminalidade, falta de suporte comunitário, os quais dirimem qualquer projeto de participação e de autonomia. Essas implicações remetem a TELLES (2001) ao apontar para o aumento da criminalidade, o crescimento de práticas de justiça privada, preconceitos e racismos e a violência policial enquanto consequência da não cidadania (p. 110) E aqui acrescento o *isolamento social*.

A ausência de direitos, de justiça e de igualdade, atinge de maneira fatal as famílias, especialmente as destacadas neste estudo, onde as desigualdades e discriminações se acirram. TELLES (2001:102) denuncia o ‘acaso’ dessas circunstâncias, sem que elas explicitem suas relações com estruturas de poder e dominação num mundo onde não existe contrato formal de trabalho, direitos sociais e representação profissional, num mundo sem medida a partir do qual necessidades e interesses possam universalizar-se como demandas e reivindicações coletivas.

O diálogo em torno da questão dos direitos pode ser conduzido por várias dimensões, pois o assunto é denso e instigante, porém, motivada em dar visibilidade às demandas das famílias incluídas no Programa Bolsa Família me propus descobrir se o responsável *considera que esteja exercendo um direito ao receber o PBF?* É o tema que compõe a reflexão a seguir:

“Eu acho que estou pela necessidade financeira” (Camélia/2007*)

“Acho que estou exercendo um direito sim. Porque na política há tantas regalias, é uma desigualdade! É só ver na televisão e o que eles fazem. Não estou reclamando pelo que recebo, mas acho até pouco diante do que acontece com a política. Não viu o caso da Prefeita?” (Lírio/2007*).

“É um direito sim, mas se fosse pela escola não receberia. Na época não tive orientação da escola, eu soube pelas pessoas aqui da vizinhança, que estudavam também na mesma escola das crianças e pela televisão. Pela escola não tenho sorte. Também acho que é um direito que toda família tem de ganhar uma assistência!” (Margarida/2007*).

“Eu acho que sim, por que dizem que é um direito da criança por estar freqüentando a escola” (Lis/2007*).

A destituição dos direitos sociais, atrelados na relação entre trabalho e pobreza, destaca-se a importância da família enquanto rede social na qual a esfera privada, ou seja, a família, se constitui em espaço legitimado de discussão sobre as necessidades vitais e as demais relativas à esfera pública.

As famílias investigadas encontram-se em momento de questionamento quanto às vicissitudes da vida, por vezes estagnada pela baixa escolaridade, pelo desemprego, pela invalidez, e por vezes na busca de melhores condições de vida. (TELLES:2001:109) aponta que qualquer ‘acaso’, como o desemprego, a doença, a invalidez ou a morte dos provedores principais, pode jogar as famílias nas fronteiras da pobreza ou mesmo da miséria. A autora ressalta que a questão da pobreza diz respeito à precariedade das formas de vida das famílias trabalhadoras, significa que a pauperização está no horizonte dessas famílias, cujas regras excludentes que estruturam a vida social mede as desigualdades e exclusões próprias da sociedade brasileira, transcorrendo numa limiaridade entre a ordem moral construída nos espaços privados da família e a desordem do mercado.

Ao investigar se o responsável *acha que está em condições de igualdade perante as outras famílias como um todo?* Destaco o que se segue:

“Não. Comparando com as outras, tem família aqui que pode oferecer melhores condições aos filhos. Uma casa melhor e até alimentação. Eu posso oferecer alimentação, mas tem outras famílias que até nisso tem dificuldades, como as vizinhas de que lhe falei” (Camélia/2007*).

“Não. Porque tem pessoas que trabalham e tem acesso as ‘coisas’, ganham seu dinheiro e eu não tenho essa oportunidade” (Margarida/2007*).

“Não. Eu queria ter uma casa bonita e uma vida melhor. Só estudando e arrumando um emprego para ter o que eu quero! Mas, fica difícil com três filhos pequenos para estudar” (Lis/2007*).

Para a superação da situação de desemprego e analfabetismo de Lis*, a responsável deveria contar com uma rede familiar fortalecida, num esforço coletivo, mas, os problemas de desemprego, invalidez, entre outros, agravam a busca pela autonomia de seus membros. Interessante destacar TELLES (2001: 107) quando aponta para a importância da família, e coloca que é o espaço que viabiliza a sobrevivência cotidiana pelo esforço coletivo de todos os seus membros; é o espaço no qual constroem os sinais de uma respeitabilidade que neutraliza o estigma da pobreza, no qual elaboram um sentido de dignidade que compensa moralmente as adversidades impostas pelos baixos salários e pelo trabalho instável.

No relato de Lírio* pode-se destacar a observação da “família unida” quando diz:

“Me sinto sim, em condição de igualdade. Não é só porque a pessoa tem uma casa bonita, significa **ter tudo e não faltar nada**. Às vezes um barraquinho tem até mais coisas e tem união na família. Um ajuda daqui, outro dali! Por que, às vezes, não se tem união na família e aí o barraquinho é discriminado” (Lírio/2007*).

TELLES (2001) ao discutir o universo moral que faz da família uma garantia ética aponta que a valorização da “família unida” tão presente no universo popular, pode ser tomada pela casa limpa e bem cuidada, atributos associados a uma família organizada em

suas hierarquias internas, constroem referências tangíveis a partir das quais homens e mulheres se reconhecem como sujeitos, capazes de fazer frente às adversidades da vida e, ‘apesar da pobreza’, garantir dignidade e respeitabilidade (p.107).

Ao indagar sobre a *discussão dos direitos, e em que espaço se realiza?* Se é na família, no trabalho, na escola, no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, no Posto de Saúde, entre outros, se observa nos relatos que a **família** se constitui o espaço prioritário de discussão das questões cotidianas e que afetam suas vidas.

“Há sim, discuto aqui entre a família. Falamos sobre o mau uso do dinheiro (público), sobre a política e o que acontece. Alguns políticos que até recebem o Bolsa Família. Também discutimos o que vamos fazer com o dinheiro. Outro lugar é a escola, a professora sempre fala para não faltar a aula. Mas, é muito difícil meus filhos faltarem a aula” (Lírio/2007*).

“Eu converso com ele (esposo de Lis*). Eu o culpo muito. Quando ele não estava paraplégico e podia trabalhar não queria melhorar a casa, colocar o piso, só pensava em trocar de carro, mas todos velhos. Depois, comprou uma carroça e um cavalo para trabalhar e perdeu quando houve o acidente. Perdeu também um terreno em Nova Iguaçu porque deixou de pagar e não querem devolver o dinheiro. Ele não queria morar aqui, pretendia fazer uma casa lá. Agora não temos nada! Perdeu terreno, carroça, cavalo e não melhorou essa casa” (Lis/2007*).

TELLES (2001:111) destaca que a ausência de espaços de reconhecimentos e de vínculos civis se traduz na dificuldade de formular as situações cotidianas, individuais ou coletivas, na linguagem pública dos direitos, cobrando do Estado e da sociedade suas responsabilidades. E na ausência de direitos sociais como referências, as dificuldades da convivência cotidiana tendem a ser equacionadas no interior dos códigos morais da vida privada.

“Eu discutia muita com a diretora da outra escola que meu filho frequentava, com ela eu conversava. Na escola atual só quando o Conselho

Escolar chama. Eu converso muito em casa, com meu filho para ele não faltar a aula e com as minhas vizinhas para elas procurarem o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) para se informarem sobre o Programa Bolsa Família” (Camélia/2007*).

“No Posto de Saúde, quando eu vou fazer o cadastramento de seis em seis meses. No grupo fazem perguntas para saber se tem mais filhos; se está grávida; se trabalha. No Posto de Saúde eles orientam sobre o Programa Bolsa Família e na escola, há reunião para acompanhamento e informam sobre a perda do benefício nos casos em que a criança não freqüente a escola” (Margarida/2007*).

A visibilidade das famílias que participam do Programa Bolsa Família deve ser estimulada no âmbito da assistência social e em outros espaços que não sejam apenas institucionais, no sentido de se constituírem enquanto esfera pública, na qual a esfera privada desenvolva sua ação apoiada não só na busca pela sobrevivência, mas, para além das tradicionais lutas pelas necessidades da vida privada, valorizando assim o coletivo ao dar visibilidades às famílias e as suas formas de participação social e política.

DUARTE (2002) abordou o assunto quando destaca o pensamento de ARENT em favor de novas formas de organização da coisa pública, que estimulassem maior interesse e garantissem a participação política por parte dos cidadãos (p.61).

É nesse mesmo sentido que TELLES (2001: 111) analisa que o direito e a cidadania dizem respeito a algo mais que às regras formais garantidas por governos e instituições. Inscrevem-se nas formas de vida e nas regras de sociabilidade, no modo como identidades são construídas e como são percebidos os lugares simbólicos de pertinência na vida social. (...) Representatividade pela qual circulam reivindicações e pela qual homens e mulheres podem virtualmente reconhecer-se, para usar os termos de Hannan Arendt, no seu direito a ter direito (Ibid. p. 112).

Enfatizando esse “algo mais” que não é garantido pelo governo, mas que pode ser construído e se tornar visível na esfera pública com o surgimento do novo através da ação nos termos de ARENDT procura-se conhecer *Qual o diferencial percebido entre a*

entrevista realizada para o Cadastramento Único e as outras duas correspondentes a este estudo? E prosseguem:

“A participação na vida da família. O interesse do governo para ele saber se está valendo a pena a família receber esse benefício” (Camélia/2007*).

“Acho muito bom ter acontecido a entrevista e deveria continuar para estar sempre presente e saber o que está sendo feito do benefício, assim, a família fica com *medo* de gastar o dinheiro com outras coisas. É importante esse acompanhamento, e se isso acontecesse com os outros benefício como o “Cheque-cidadão”⁵³, talvez não teria sido cortado, se tivesse um melhor acompanhamento das famílias” (Lírio/2007*).

O medo que as famílias tem em fazer um mau uso do benefício pode ser transformado em garantia de direitos a partir do exercício de cidadania pela busca da autonomia e não para reforçar a tutela das famílias via benefício, mas sim, orientá-las no sentido da participação política para a superação da pobreza e vulnerabilidade social. Retoma-se ARENDT (2001) no sentido em que a ação é o exercício da pluralidade para o poder.

E continua:

“Está valendo a pena! É bom para conhecer a situação da família” (Margarida/2007*).

“Acho bom! Porque a família pode *conversar* e você conhecer o que acontece com a gente” (Lis/2007*).

O *diálogo* proporciona a inversão do *isolamento social* em que as famílias, por vezes, se encontram na dinâmica entre a esfera pública e privada e abre a possibilidade do debate sobre as condições de vida e pobreza. Nesse sentido TELLES (2001)⁵⁴ propõe uma nova

⁵³ Programa Social do Governo do Estado do Rio de Janeiro no valor de R\$ 100,00 para alimentação, que foi extinto em fevereiro de 2007 e redirecionado para o Programa Bolsa Família do Governo Federal.

⁵⁴ TELLES (2001: 92 à 93) especifica o problema da pobreza e aponta para a convergência entre velhas e novas exclusões no cenário de transformações que se processo aceleradamente sem conquistar patamares mínimos de igualdade civil.

contratualidade que construa uma medida de equidade e as regras da civilidade nas relações sociais. Que se representem em espaços públicos por onde interesses ganham visibilidade e legitimidade, permitindo a construção de parâmetros públicos que reinventem a política no reconhecimento de direitos como medida de negociação e deliberação de políticas que afetam a vida de todos (92 e 93).

A abordagem de PIRES et alli (2004) ilustra algumas características de famílias que vivenciam sérios problemas sociais. Utilizando-se de outros estudiosos, a autora refere-se às *famílias isoladas*, realçando seu retraimento social e a ausência de apoio nos momentos difíceis da vida familiar, independente da classe social. Descreve também as *famílias excluídas*, pela separação em relação aos contextos parental, institucional e social (P.7).

A análise remete às consequências da situação de pobreza e de exclusão social que podem ser experimentadas a partir do *isolamento e o desraizamento* observados nessas famílias, tanto no que se refere ao contexto familiar, social e de participação política. O isolamento social e político têm como motivo a complexa dinâmica entre o espaço privado e o espaço público, enunciando suas contradições e desafios para as famílias pobres, as quais demandam por programas sociais.

4.3.

A dinâmica das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família

No decorrer do estudo foi surpreendente constatar o processo que se *dá na dinâmica dessas famílias* no período compreendido entre 2005, 2006 e 2007 e as transformações ocorridas tanto de superação ou de manutenção e até mesmo acirramento da situação de pobreza e vulnerabilidade social e as consequências apresentadas pela configuração político-social brasileira que vem se moldando até os dias atuais.

É o que se pode observar no quadro a seguir:

Responsável	Quadro sobre a dinâmica das famílias estudadas				
	Comp. Familiar	Escolaridade	Trabalho	Programa Bolsa Família Junho/2005 a março/2007	Expectativas
Camélia 39 anos	Filho (11 anos)	5º fund.	Em 2005 estava desempregada, trabalhou de carteira assinada de 07/05 a 02/06. Atualmente desempregada realizando biscates	R\$ 15,00 (benefício variável) a partir de outubro de 2006 contribuindo para o lanche do filho, o biscoito e o leite. Acha que recebe um direito pela sua necessidade financeira, e considera importante manter o filho na escola.	Emprego
Margarida 30 anos	Filha (9 anos) Mãe (67 anos)	4º fund.	Em 2005 realizou biscates. Em 2006, não exerceu atividade laborativa. Em 2007 está desempregada. Mãe recebe aposentadoria rural	R\$ 65,00 (benefício básico R\$ 50,00 + benefício variável R\$15,00) para alimentos e material escolar, complementado com a aposentadoria rural da mãe. Antes de receber os benefícios passavam por privações. Diz que agora melhorou, mas mudar não mudou muito porque quer trabalhar. Acha que recebe um direito, e tenta garantir coisas da escola e alimentação.	Trabalho. Pois lhe daria maior autonomia e o acesso aos serviços
Lis 28 anos	Esposo (32 anos) Filho (4 anos) Gêmeo Filha (4 anos) Gêmea Filha (6 anos)	Não alfabetizada	Permanece desempregada. Marido em 2004 ficou paraplégico, em 2005 aguardava benefício do INSS. Recebeu em 2006.	R\$ 95,00 (benefício básico R\$ 50,00 + benefício variável R\$ 45,00) para alimentos, complementado com benefício do INSS. Considera um direito da criança por estar frequentando a escola e quer garantir o melhor para os filhos, escola, alimentos, roupas, vacinação.	Trabalhar e estudar, entender ‘as coisas’, andar sozinha na rua e fazer as coisas mais simples porque não sabe ler. Isso lhe daria mais autonomia.
Lírio 35 anos	Esposa (28 anos) Filha (11 anos) Filho (5 anos)	5º fund.	Em 2005 realizava biscate de ajudante de pintor. Em 2006 se capacitou para em 2007 executar a função de pintor sozinho, se sente mais autônomo pois é o único responsável pelo rendimento do seu trabalho	R\$ 30,00 (benefício variável R\$30,00) principalmente para comprar o gás que já não falta mais. Deseja ainda pagar um curso de informática para a filha. Acha que recebe um direito porque na política há muitas regalias, há desigualdade!	Trabalhar e melhorar a escolaridade. Deseja voltar a estudar, mas tem que trabalhar para sobreviver. A esposa voltou a estudar.

Fonte: Estudo sobre famílias incluídas no Cadastro Único para o Programa Bolsa Família. Março de 2007.

É importante notar que há a predominância de mulheres na faixa etária entre 20 e 30 anos, em idade produtiva e com formação educacional básica, à exceção de uma. Os quatro responsáveis (três mulheres e um homem) destacaram o Programa Bolsa família como um direito e as alterações observadas no decorrer da recepção do Benefício referem-se à aquisição de alimentos e material escolar. Quanto à expectativa de futuro todos destacaram o trabalho como possibilidade de melhora, autonomia e acesso a serviços, como também, a expectativa do aumento da escolaridade. Os quatro relatos a seguir, de Camélia*, Margarida*, Lis* e Lírio* mostram esse movimento.

Inicia-se com **Camélia***, 39 anos, que esteve trabalhando por oito meses (de julho de 2005 a fevereiro de 2006) logo após se inscrever no Programa Bolsa Família em junho de 2005. Ganhava R\$ 370,00 com carteira de trabalho assinada como auxiliar de serviços gerais. Teve que pedir demissão do emprego porque tinha dívidas com a Associação de Moradores, como água e luz atrasadas desde a época que o tráfico lhe cedeu a casa, e com a mudança de “administração” local e a saída do tráfico, teve que regularizar a situação para permanecer na moradia e colocar a casa em seu nome. À época da segunda entrevista, em novembro de 2006, foi encaminhada para o Centro Municipal de Trabalho e Emprego e ao ser indagada em março de 2007 sobre sua situação, afirma que realizou a inscrição e aguarda o contato. Realiza biscates nos finais de semana em um restaurante como ajudante de cozinha e ganha R\$ 20,00 por dia de trabalho, ainda faz faxinas durante a semana quando aparece a oportunidade e ganha R\$ 20,00.

Os problemas de saúde se agravaram, pois, é diabética e com dificuldades financeiras é difícil dar continuidade ao tratamento de saúde, na comunidade não há Programa de Saúde da Família. Diz que é acompanhada pelo hospital do antigo local de moradia, e que brevemente irá procurar um Posto de Saúde mais próximo da atual moradia. Se sente desmotivada pela situação de saúde e só retornará a procurar um novo emprego quando estiver com a diabete sob controle.

A residência, está localizada num ponto mais alto de uma comunidade que pertence ao território do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. É de alvenaria, bem ventilada, mas, necessita de reformas. Tem piso e é de laje em estado de má conservação porque não possui telhado. Além disso, falta água constantemente por três ou quatro dias, até a Associação de Moradores ligar a bomba d'água e subir para o local onde mora. A

casa é pequena e possui um quarto, sala, cozinha e banheiro. Possui uma geladeira, uma televisão e um fogão e pouquíssimos móveis.

Camélia* tem três filhos, de 11, 18 e 22 anos. O primeiro mora com a genitora, o segundo com o genitor e familiares em casas vizinhas à sua e o último já constitui família e mora em outro bairro. Desde a primeira entrevista, Camélia* sempre foi muito objetiva em seus relatos e percebe-se que a mesma é vítima das consequências do desemprego; da situação de violência doméstica sofrida; e, pelos problemas ocasionados com a violência urbana o que a deixa em vulnerabilidade para a busca de autonomia e de participação política.

No dia em que fiz a última entrevista com Camélia*, a mesma solicitou que fizesse mais duas visitas para orientar as suas vizinhas, as quais já tinha relatado sobre as condições precárias e o grande número de filhos, mostrando preocupação com o outro e o uso da solidariedade. Após os contatos pedidos informei Camélia* que todas já tinham procurado o Centro de Referência de Assistência Social -CRAS e estavam aguardando a convocação para a inscrição no Cadastro Único do Programa Bolsa Família; e, além disso, uma família estava sendo acompanhada pelo Conselho Tutelar da área.

O próximo relato a ser apresentado refere-se à **Margarida***, 30 anos e à **Lis***, 28 anos, que são irmãs. Neste caso a situação de vulnerabilidade social se acirrou apesar de continuarem recebendo o Bolsa Família e o benefício do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) para cada família e uma cesta básica da igreja. Na dinâmica familiar de Margarida*, a mesma continua residindo com sua mãe e a filha, mas a casa eventualmente acolhe agregados como irmãos, sobrinhos e cunhados. A construção é de madeira revestida de cimento na parte interna e externa e pintada de cal, com piso de cimento e cacos de azulejo, sem laje e instalação elétrica precária, tudo limpo e cuidadoso. Possui um quarto, sala, cozinha e banheiro, uma geladeira, um fogão, uma televisão e pouquíssimos móveis e utensílios domésticos.

A filha de Margarida* que está com 9 anos, permanece na mesma série escolar que em 2005 (4º fundamental) e em situação de repetência. O analfabetismo da mãe de Margarida*, de 67 anos, permanece, como também, a baixa escolaridade da própria Margarida* que atualmente não exerce qualquer atividade laborativa e encontra-se muito desmotivada em retornar aos estudos, o que pode influenciar muito na repetência escolar de sua filha.

Junto à casa de Margarida* moram mais duas irmãs, Lis* e Begônia.

Begônia não participou das entrevistas, mas fez o Cadastramento em 2005 e recebe R\$ 65,00 do Bolsa Família. Na época em que se inscreveu não apresentava problemas de saúde, mas, a seguir, foi vítima de parada cardíaca após complicações na gravidez, o que a deixou com seqüelas. Está dependente, não se locomove e tem problemas na fala. De acordo com Margarida*, a irmã era uma pessoa muito ativa e resolvia as questões familiares, significando uma perda muito grande para a rede familiar. Além disso, possui três filhos, um que completou 16 anos e não recebe mais o benefício e outros dois de 13 e 11 anos. O filho de 13 anos tem problema de saúde o que, às vezes, o impede de comparecer às aulas pelas fortes dores de cabeça. A mãe quando tinha saúde realizava o tratamento devido, mas foi interrompido bruscamente. Como consequência a família recebeu uma correspondência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS – informando a suspensão do benefício por dois meses pela baixa frequência escolar⁵⁵. De acordo com Margarida* a escola não os visitou.

No caso de Lis* os conflitos familiares estão sempre presentes. Seu companheiro que era o provedor da casa encontra-se paraplégico após uma violência sofrida no trânsito. Apesar de receberem o benefício do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS – no valor de um salário mínimo (atuais R\$ 380,00) e R\$ 95,00 do Bolsa Família, há gastos com fraldas, esparadrapos e medicamentos para os cuidados do mesmo. Vivem em uma casa de alvenaria inacabada de um quarto, cozinha e banheiro. As crianças permanecem na rede escolar. Há constantes conflitos entre o casal e os filhos.

A irmã de Margarida*, Lis*, o sobrinho e o cunhado necessitam de acompanhamento de saúde continuado, mas, acabam faltando as consultas pelas dificuldades de locomoção e financeiras para pagar o transporte, com isso, o acompanhamento fica comprometido, estagnando assim, a possibilidade de superação da pobreza e vulnerabilidade social da família. Margarida* e Lis* que na primeira entrevista pareciam estarem motivadas a retornar aos estudos, na visita domiciliar expressam muitas dificuldades para tal realização.

⁵⁵ A correspondência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome refere-se à um *Aviso de descumprimento dos compromissos da família* que informa sobre o *compromisso com a educação* em matricular as crianças e adolescente de 6 a 15 anos na escola e todo mês garantir a frequência escolar de no mínimo 85% das aulas. O *compromisso com a saúde* voltado aos responsáveis pela criança menores de 7 anos refere-se à vacinação e manter o calendário em dia; levar as crianças para pesar, medir e ser examinada conforme calendário da saúde. Caso a família não cumpra essas condicionalidades, as sanções do Programa Bolsa Família correspondem à: a) 1º - advertência – família continua a receber o benefício; b) 2º - bloqueio – família recebe apenas no mês seguinte; c) 3º - 1ª suspensão – família não recebe por dois meses; d) 4º - 2ª suspensão – família não recebe por dois meses; e) 5º - cancelamento do benefício – família sai.

Ainda neste dia, aconteceu uma visita missionária com três mulheres da igreja evangélica a qual Margarida* e Lis* participam; e, quando souberam da presença da assistente social houve o convite para fazer uma visita à igreja para discutir sobre o Programa Bolsa Família. Além disso, outra irmã e uma sobrinha delas procuraram obter informação sobre esse benefício.

Referente a dinâmica de **Lírio***, 35 anos, houve significativo progresso. Lírio* que realiza ‘biscate’ de ajudante de pintor ganhando R\$ 30,00 por dia, está mais feliz. Antes de se inscrever no Bolsa Família, há 1 anos e oito meses, ajudava uma outra pessoa e se sentia muito explorado pelo que recebia como valor de seu trabalho. Agora executa a função de pintor sozinho e está se sentindo mais ‘autônomo’, sendo o único responsável pelo rendimento de seu trabalho. Pretende se especializar ainda mais no ramo da construção civil.

Sua esposa, de 28 anos, voltou a estudar à noite a fim de completar o último ano do ensino fundamental. Relata que retomou os estudos pois acha necessário o ensino médio completo e noções de informática para arrumar um trabalho melhor. Atualmente faz faxina em duas residências, uma vez por semana em cada, e diz que suas ‘patroas’ a ajudam muito. Pretende terminar os estudos e ter uma profissão para superar a atual situação.

Seus filhos de 5 e 11 anos que estavam na creche e 3ª série em 2005 encontram-se na pré-escola e 5ª série em 2007, respectivamente. A menina de 11 anos solicitou a Lírio* matrícula num curso de informática, é muito dedicada aos estudos e pretende ter uma profissão.

A residência fica localizada em um ponto íngreme e na mesma comunidade abrangida pelo Centro de Referência de Assistência social – CRAS. A casa é de alvenaria inacabada, composta de um quarto, cozinha, banheiro e uma pequena área que corresponde à laje da genitora de Lírio*. Possui uma geladeira, um fogão, uma televisão e poucos utensílios domésticos.

Lírio* na primeira entrevista em 2005 pareceu muito introvertido e falou pouco, mas, no decorrer do acompanhamento sua auto-estima melhorou e na visita domiciliar apresentou perspectivas para o futuro e o desejo de ser mais autônomo, como também, demonstrou atenção às questões políticas. Afirma que ficava constrangido pelo seu problema da fala (gagueja), pelo desemprego e pela exclusão de não receber qualquer benefício social. Ao falar sobre essa mudança, Lírio* remete também ao fato de a inclusão

no Programa Bolsa Família ter sido uma motivação para a busca de mais autonomia profissional.

Dessas quatro famílias destaca-se sua dinâmica, cujo panorama revela a luta pela autonomia familiar e pela emancipação política-social ao sustentarem a expectativa futura de inserção no mercado de trabalho regular e elevação da escolaridade como caminho, também, para reivindicar garantias, direitos e participação política. O importante para essas famílias é compreender a responsabilidade coletiva em dar visibilidade àqueles que estão em situação de pobreza e vulnerabilidade, mas, que também são capazes de colocar em *ação* um importante *recuso social* que é a *luta efetiva pela participação política* e nos termos de ARENDT pelo *direito a ter direito*.

Como vimos, a desigualdade é expressa nos diferentes modos de vida e nas estratégias de sobrevivência que são determinadas, repito, pela precária inserção no mercado de trabalho; baixa escolaridade e pela carência de participação política. Conseqüentemente, as famílias estudadas encontram-se dependentes da assistência social não só como direito, mas, como uma estratégia. Assim, a condição de **igualdade** se transforma num sentido para além das condições materiais, ou seja, *ter tudo e não faltar nada*, como colocou Lírio*, se constitui num valor **social e político**.

SPOSATI (2001) reforça a compreensão sobre a pobreza destacando a necessidade do compromisso coletivo da sociedade com os riscos sociais da população, nos quais sua noção não implica somente a iminência de um perigo, mas quer dizer também possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de uma ação preventiva que reduza significativamente os riscos (p.69). Pois, segundo a autora, é preciso um conjunto de políticas para garantir a oferta e a demanda; de um emprego e salário ou remuneração com condições de um padrão digno (p.70).

Por fim, vê-se neste estudo que as *privações severas* são amenizadas com o Programa Bolsa Família, mas, a pobreza e a vulnerabilidade que atingem essas famílias, reforço, só podem ser superadas com **o trabalho, a educação e a participação política**. A **garantia de direitos** não pode ser direcionada para a responsabilidade apenas da família, mas o Estado deve garantir os direitos sociais reivindicados.